

Área de Transportes e Obras Públicas

Primeira Parte

Balanço da execução das políticas das Linhas de Acção Governativa do Ano 2002

As acções nos diferentes domínios das políticas de Transportes e Obras Públicas para o ano 2002 estão a desenrolar-se de acordo com o planeado: foram iniciados vários empreendimentos infra-estruturais, procurando-se acelerar as obras públicas e aumentar a taxa de emprego a fim de se criarem condições para o aperfeiçoamento do enquadramento físico do meio urbano de Macau. Em harmonia com o plano estratégico para o desenvolvimento de Macau, foi efectuado o planeamento adequado das zonas da cidade, para aumentar as infra-estruturas no domínio de turismo. Foram adoptadas medidas activas para estabelecer as bases dos sectores com maiores potencialidades, conciliando as suas vantagens e promovendo uma nova perspectiva dos sectores de produção. Respondeu-se activamente às exigências da sociedade, aperfeiçoando-se continuamente acções dirigidas ao quotidiano dos cidadãos e procurando melhorar a sua qualidade de vida.

Devido à modificação de factores objectivos, as acções na área das Obras Públicas e Transportes para 2002 foram planeadas e desenvolvidas, como sempre, de acordo com os princípios da utilização adequada de recursos e ordem de prioridade e urgência, revendo frequentemente e regulando-se apropriadamente a ordem de concretização das diversas acções governativas.

1. Grandes infra-estruturas e projectos inter-regionais

Uma das missões prementes desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, a construção do novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, foi iniciada nos finais do ano passado. As obras da primeira fase do edifício principal e das restantes instalações dos acessos de entrada e saída laterais de viaturas para o Posto iniciaram-se este ano, prevendo-se que se concluam no primeiro semestre de 2004. O Governo da RAEM exigiu rigorosamente às adjudicatárias para reforçarem a fiscalização na gestão da execução, na coordenação, no andamento e na qualidade das

obras, entre outros pontos.

Visando um início sem obstáculos do plano de construção do Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, o Governo da RAEM e os serviços competentes do Continente têm mantido negociações e contactos entre si. Com o apoio e a colaboração do Governo Central e dos Governos da província de Guangdong e da cidade de Zhuhai, foi assinado em Julho do corrente ano um contrato de arrendamento ao Governo da RAEM de um terreno do Estado situado em Zhuhai. Em Dezembro será efectuado o desvio do tráfego a fim de garantir que a mesma se faça sem obstáculos entre o posto fronteiriço de Macau e o posto de Zhuhai.

A concretização do projecto da terceira ponte Macau-Taipa, de dois tabuleiros, permitirá a circulação de trânsito entre Macau e a Taipa sob qualquer situação climatérica e satisfará as necessidades futuras de desenvolvimento da sociedade e da economia de Macau. Após a realização de concurso público para o efeito, a apreciação das propostas e a adjudicação das obras a um dos concorrentes, tiveram início já em Outubro as obras da terceira ponte Macau-Taipa, com um prazo de construção de 28 meses.

Vários eixos viários principais e algumas obras infra-estruturais de COTAI serão concluídos e abertos sucessivamente à circulação este ano, bem como as vias VU3.1 e VU3.4, em construção, as quais permitirão a ligação rápida às redes viárias construídas gradualmente em COTAI e no Aeroporto, ao porto de águas profundas de Ka-Hó, à Ponte Flor de Lótus e às duas pontes Macau-Taipa. Iniciaram-se os aterros dos diversos empreendimentos daquela zona e foi concluída a primeira fase das obras de consolidação das zonas de protecção ecológica.

Durante as negociações mantidas com os dirigentes da Comissão Estatal para o Planeamento e Desenvolvimento e do Ministério das Comunicações, entre outros, na visita efectuada a Pequim em Abril do corrente ano, aprofundou-se o projecto de planeamento do troço de ligação à RAEM da Auto-Estrada Pequim-Zhuhai. O grupo especializado de infra-estruturas e trânsito, no âmbito do mecanismo de cooperação e ligação entre Guangdong e Macau, mantém negociações estreitas sobre diversas questões que são relevantes para as duas regiões.

2. Obras públicas e revisão de regulamentos técnicos

As obras públicas aumentaram neste ano. Uma parte dos pavilhões desportivos destinados aos Jogos da Ásia Oriental e as respectivas instalações acessórias iniciaram-se sucessivamente, aqui se incluindo o parque de estacionamento do Estádio de Macau, o Pavilhão Desportivo da Escola Sir Robert Ho Tung, o Pavilhão Polidesportivo do IPM, os quais estão em construção acelerada, procurando-se que estejam concluídos no ano 2004.

Várias obras públicas de diversos sectores foram iniciadas antecipadamente. A conclusão da Praça do Centro Cultural, permitirá aliviar a carência de espaços descobertos para actividades cívicas. O andamento das obras da praça dos Lagos Nam Van está em bom ritmo. As novas instalações da Capitania dos Portos no Fai Chi Kei e as instalações Oficinas Navais na Ilha Verde serão concluídas no início do próximo ano. As novas instalações do Instituto de Turismo estão em construção. As obras do Hospital de Psiquiatria da Taipa estão em fase de execução acelerada, procurando-se que estejam concluídas em finais deste ano.

As obras relativas ao alargamento da Estrada Almirante Marques Esparteiro, na Taipa, às das construções de estradas do Bairro da Ilha Verde e às do reordenamento da Avenida do Ouvidor Arriaga, entre outras, foram concluídas sucessivamente e abertas à circulação no corrente ano, melhorando deste modo as redes viárias da Região.

O Governo tem cumprido rigorosamente o espírito da Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais referente à apreciação de obras públicas e exigido às adjudicatárias a atribuição de prioridade aos trabalhadores residentes no acesso ao emprego. Até finais de Agosto do corrente ano, mais de 50 obras públicas nas áreas de empreendimentos infra-estruturais, rede viária, arranjos exteriores, instalações culturais, recreativas e desportivas, bem como uma série de obras públicas nas áreas de saneamento básico, municípios e de demolição e reparação, criaram mais de 5 000 postos de trabalho.

Quanto à revisão e elaboração de regulamentos técnicos, os Serviços de Obras Públicas elaboraram uma lista de curto e médio prazos de regulamentos a rever ou a elaborar, relativos à segurança de circuitos eléctricos, equipamentos electrónicos, escadas rolantes, ascensores e

monta-cargas, instalações de diversos produtos combustíveis, de transportes e de instalação, entre outros. Os respectivos projectos estão a desenrolar-se normalmente.

Por outro lado, o Governo criou dois grupos especializados que se responsabilizam pela investigação do sistema de reconhecimento da qualidade e da fiscalização aos arquitectos, engenheiros civis, electromecânicos e mecânicos, bem como profissionais que desempenham actividades de instalação de equipamentos eléctricos, elevadores, escadas rolantes, escadas helicoidais e aparelhos de ar-condicionado.

3. Planeamento e ordenamento urbanos

Após o planeamento e a concepção, iniciaram-se as obras de reordenamento das zonas da Barra e do Bairro de São Lázaro: primeiro deram-se início às obras de aterros na Barra para a construção da via marginal. A obra relativa ao reordenamento do Bairro de São Lázaro foi dividida em várias partes, estando a executar-se em ritmo acelerado o reordenamento da zona exclusivamente pedestre, constituída por seis vias interiores, a construção do acesso que liga à colina da Fortaleza do Monte e a construção do Silo Automóvel do Jardim Vasco da Gama.

O Governo está a planear activamente os trabalhos preparatórios referentes à obra na Praça de Ponte e Horta, procurando acelerar o início do respectivo projecto de construção. Os arranjos paisagísticos dos arruamentos das zonas antigas, tais como a Rua de S. Domingos, Largo do Pagode do Bazar, Rua das Estalagens e Rua 5 de Outubro, estão em curso.

Com o objectivo de melhorar a qualidade de vida da população da zona norte, o Governo vai dispor 120 milhões de patacas para a construção de instalações de saúde e assistência médica, equipamentos sociais, zonas verdes e de lazer, entre outros, contratando também uma empresa de renome internacional no âmbito do paisagismo para fazer a concepção do arranjo exterior do NAPE.

4. Políticas no âmbito da aviação civil

Em Abril do corrente ano, a Autoridade de Aviação Civil de Macau e a Administração Geral de Aviação Civil da China assinaram um novo

memorando de entendimento, que permite a prestação de serviços de helicópteros entre Macau e Shenzhen, regulou o limite da capacidade de certas rotas, aumentou o número de voos de transportes de carga e mistos de carga e de passageiros, a fim de responder às necessidades efectivas, criando mais espaços favoráveis ao desenvolvimento do sector do transporte aeronáutico de Macau.

A CAM e o Banco da China, sucursal em Macau, assinaram em Junho deste ano um empréstimo de 1 200 milhões de patacas, como meio transitório de resolução da questão relativa aos meios financeiros necessários à liquidação da dívida contraída pela construção do AIM, de forma a permitir, num futuro próximo, a definição de um novo plano financeiro.

No âmbito do transporte de passageiros, foram abertos ou reabertos no corrente ano voos e rotas com destino à Coreia, Singapura, Malásia e diversas cidades do Continente. Segundo os dados disponíveis, de Janeiro a Setembro do corrente ano o número de passageiros no AIM ascendeu a mais de 3 milhões, registando-se um acréscimo de cerca de 10 % relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Na sequência do crescimento verificado no ano passado, manteve-se ainda um crescimento notável no âmbito do transporte de carga do AIM, tendo-se registado um volume de carga de 73 000 toneladas no período de Janeiro a Setembro, correspondente a um acréscimo de cerca de 50% relativamente ao mesmo período do ano passado. Existindo já voos de carga entre Macau e Taiwan, aumentaram diversos voos de carga com destino aos EUA, satisfazendo assim as necessidades graduais de transporte de carga aérea. Está em fase de execução acelerada o aterro do centro logístico situado junto ao Aeroporto, porto de águas profundas de Ka-Hó e ponte Flor de Lótus, cuja localização poderá promover a realização conjunta de transporte marítimo e aéreo.

Foi assinado em Agosto último o projecto de revisão do acordo aéreo entre Macau e Singapura, no qual se verifica a diminuição das restrições quanto ao número e qualificações exigíveis às companhias aéreas a designar pelas duas partes, melhor promovendo o mútuo desenvolvimento do sector da aviação civil, documento bastante importante para a ligação do AIM a redes aéreas internacionais através de Singapura.

No sentido de reforçar a cooperação no âmbito da segurança aérea e

e elevar a eficiência entre o Continente, Hong Kong e Macau, foi assinado pelos respectivos departamentos um protocolo de cooperação referente à gestão da aviação civil das três partes e reconhecido mutuamente o sistema de manutenção e averiguação.

5. Desenvolvimento das telecomunicações e das ciências e tecnologias da informação

Na sequência da celebração do acordo no ano passado entre os operadores de telecomunicações móveis relativamente à interligação das redes e à portabilidade de números, o Governo incentivou os operadores ao desenvolvimento dos serviços de transferência de chamadas, mensagens curtas inter-redes e portabilidade dos números de cartões pré-pagos, entre outros. A liberalização do mercado de serviços de telecomunicações móveis e a introdução de mecanismos de concorrência conduziram a que os operadores reduzissem progressivamente no corrente ano as suas tarifas e melhorassem constantemente a qualidade dos serviços, permitindo assim beneficiar os consumidores em geral.

No sentido de salvaguardar uma concorrência justa e um desenvolvimento saudável do mercado, o Governo continua a ultimar durante o corrente ano uma série de regulamentos, tendo primeiramente publicado o regulamento administrativo sobre operação de redes públicas de telecomunicações e prestação de serviços de telecomunicações de uso público móveis terrestres, definindo os direitos e deveres dos operadores, designadamente prevenindo a ocorrência de situações do abuso de posição dominante. Entretanto, decorre o projecto de separação contabilística da CTM, com a identificação e eliminação de eventuais subsídios cruzados anticoncorrenciais, através do qual o Governo passará a dispor de critérios objectivos que permitirão uma avaliação mais correcta das propostas tarifárias da concessionária.

Com a liberalização do mercado de serviços de telefones móveis, extinguiu-se a figura de concessionária neste domínio, pelo que o Governo publicou este ano o regulamento administrativo sobre a gestão e atribuição de recursos de numeração de telecomunicações, definindo a numeração telefónica como património da RAEM e as regras da sua atribuição e utilização, de forma a que se proceda imparcialmente à sua distribuição aos operadores de acordo com cada situação concreta.

No sentido de combater a situação de monopólio que se verifica nas

infra-estruturas externas de telecomunicações, o Governo publicou também o regulamento administrativo sobre a instalação e operação de infra-estruturas externas de telecomunicações, a fim de criar um ambiente de concorrência saudável de exploração e atrair mais operadores a investir no mercado, criando condições favoráveis para a redução das tarifas do serviço Internet. Publicou-se igualmente este ano o regulamento administrativo sobre prestação de serviços Internet, assegurando um desenvolvimento regulado e saudável do respectivo mercado.

6. Trânsito

A entrada em funcionamento da Estrada do Bairro da Ilha Verde em Fevereiro do corrente ano é importante para a ligação das redes viárias da zona Noroeste. As obras de alargamento da Estrada Almirante Marques Esparteiro, na Taipa, cuja conclusão se verificou em Junho passado, revestem-se de grande importância para o escoamento do volume de tráfego nas duas pontes Macau-Taipa e para o ordenamento do trânsito convergente com a localização futura das vias de acesso, na Taipa, à terceira ponte Macau-Taipa. As obras de reordenamento da Avenida do Ouvidor Arriaga e a construção de vários eixos viários principais em COTAI vão ser concluídas sucessivamente no corrente ano, melhorando mais as redes viárias de Macau.

Para além da criação de infra-estruturas, o Governo continuará a adoptar, este ano, várias medidas para resolver gradualmente os problemas do trânsito: o Grupo de Acompanhamento das Questões do Tráfego, criado no ano passado, mantém negociações periódicas e estreitas referentes às questões de trânsito, designadamente sobre a disposição e implementação do planeamento viário e sobre instalações viárias. Será instalado um sistema de detecção à transgressão de sinalização semafórica em doze pontos negros do trânsito de Macau antes do final do corrente ano, no sentido de terminar com o aumento gradual que se tem verificado no número de acidentes motivados pelo desrespeito dos semáforos, elevando-se ainda a consciência de segurança rodoviária da população através do reforço da divulgação e do ensino.

Ao longo do corrente ano o Governo e a CPM – Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L. têm mantido intensas negociações sobre a reapreciação do contrato de concessão exclusivo, procurando abrir espaço para a

liberalização da gestão dos parques de estacionamento público e dos lugares de estacionamento com parquímetros nas vias públicas. Com o objectivo de minorar as dificuldades de estacionamento em algumas zonas da cidade, terrenos adequados que se encontrem vagos serão transformados em parques de estacionamento provisórios, bem como acrescentados lugares de estacionamento com parquímetros na vias públicas.

7. Habitação social e económica

O segundo concurso para aquisição de habitação económica, cuja lista definitiva foi publicada em Novembro de 1999, expirará em Novembro deste ano. O Governo já tratou todos pedidos em lista de espera. Foram atribuídos fogos a mais de 1 000 agregados familiares candidatos a aquisição de habitação económica. Encontram-se em estudo os diplomas legais referentes a um novo concurso para habitação económica, no sentido de reduzir o tempo de espera para a aquisição de habitação e simplificar as respectivas formalidades.

Para além de se acelerar os trabalhos relativos à atribuição de habitação económica a agregados em lista de espera, o Governo continuará a acompanhar a concretização dos contratos assinados anteriormente. No corrente ano foram construídos cerca de 1 100 fracções de acordo com os CDH, das quais cerca de 470 constituem contrapartida em espécie.

No âmbito da habitação social, este ano foram atribuídos fogos para arrendamento a mais de 560 agregados familiares.

8. Gestão de terrenos e equilíbrio entre a procura e a oferta no mercado imobiliário

Com a concretização gradual do plano estratégico de desenvolvimento da Região, a simplificação da tramitação referente à fixação de residência por parte de investidores, a reforma do sistema tributário sobre os bens imóveis, o mercado imobiliário revela sinais de alguma retoma. Apesar disso, o Governo continuará no corrente ano a adoptar políticas prudentes de concessão de terrenos, de forma a promover o desenvolvimento estável e saudável do mercado imobiliário.

Por outro lado, a redução constante que se tem verificado nos últimos

anos das taxas de juro no sector bancário conduziu naturalmente à diminuição sucessiva das taxas de juro referentes aos empréstimos hipotecários. Nestas circunstâncias, na sequência da realização de um estudo ponderado e de uma avaliação global, o Governo decidiu não dar continuidade ao plano de bonificação de juros de 4%, a fim de diminuir os encargos dos cofres da RAEM e permitir a transferência de recursos públicos para áreas mais prioritárias. Segundo os dados disponíveis, no âmbito do plano de bonificação de juros de 4%, o qual se iniciou em Agosto de 1996 e foi renovado por quatro vezes, foram aprovados mais de 14 000 pedidos.

9. Actividades marítimas

O Centro de Gestão de Tráfego Marítimo do Terminal Marítimo do Porto Exterior, que entrou em funcionamento em Maio, proporciona melhores condições ao Governo no controlo e fiscalização eficazes da entrada e saída de embarcações. Através de diversas funções de comunicação marítima e de uma perseguição mais agressiva, de uma maior capacidade de controlo e fiscalização e de um novo e mais aperfeiçoado sistema de base de dados, o Governo pode cumprir melhor as responsabilidades referentes à gestão da segurança marítima e à salvaguarda da ordem no mar.

Estão em andamento os trabalhos preparatórios da primeira fase referente à promoção de Macau como centro de registo internacional de embarcações. A Capitania dos Portos está a fazer um estudo activo sobre o aperfeiçoamento do sistema jurídico de registo de navios e a revisão da legislação referente ao Centro de Registo Internacional de Navios. Por outro lado, decorrem os trabalhos de revisão dos regulamentos referentes às náuticas de recreio. Caso as mesmas satisfaçam os requisitos de segurança fundamentais, serão simplificadas o máximo possível as respectivas formalidades de registo.

Na sequência do início de diversos empreendimentos ou obras públicas de capitais particulares na zona marítima e em harmonia com a concretização do projecto da terceira ponte Macau-Taipa, a Capitania dos Portos reforçou a fiscalização da segurança aos barcos das obras que entram e saem da referida zona. Quanto à questão dos assoreamentos no canal de navegação por jacintos, a Capitania dos Portos encontra-se em negociações com os respectivos departamentos e com o Continente a fim de se encontrar uma

solução. Para além disto, a Capitania dos Portos pôs em prática uma série de trabalhos constantes na sua carta de qualidade, a fim de otimizar a gestão interna e elevar a eficiência administrativa.

10. Outras áreas

Para além de se desenrolarem as acções de acordo com o planeado, as tarefas a realizar em outros domínios durante o corrente ano são as seguintes:

No sentido de elevar a consciência geral no que se refere à protecção ambiental, Macau iniciou o processo de candidatura junto das Nações Unidas ao prémio “Global 500”. Foi decidido que o principal tema da candidatura seriam os resultados obtidos na área do tratamento de águas residuais e da qualidade das águas em geral. O Conselho do Ambiente está a recolher as informações necessárias, as quais serão seleccionadas, elaboradas e compiladas em documentos próprios. Foram já convidados peritos do Continente para uma investigação *in loco* a fim de efectuarem uma avaliação profissional e darem opiniões relativas ao assunto.

A fim de melhorar a qualidade e elevar a eficiência dos serviços prestados, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, através da sua carta de qualidade, pôs em prática, a partir de Março, cinco tipos de actividades, actualizando também a sua “*homepage*” e prestando informações mais pormenorizadas no sentido de facilitar a vida dos cidadãos.

A Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, a qual faz agora a previsão do tempo com uma antecedência de 4 dias, deu inicio aos trabalhos de recolha de exemplares dos produtos orgânicos evaporados e assinou um acordo de cooperação com a CEM referente à vigilância das origens da poluição.

No sentido de aperfeiçoar a rede de serviços, a Direcção dos Serviços de Correios colocou em funcionamento, a partir de Agosto, a sucursal do Mercado Vermelho, desenvolvendo a diversificação dos seus serviços, tais como a recepção do pagamento das despesas de água e de electricidade, venda de cartões telefónicos recarregáveis de valor acrescentado e de “*Recharge Voucher*”, entre outros.

11. Políticas de abastecimento de energia eléctrica, água e produtos combustíveis

Para responder às crescentes necessidades de consumo de electricidade, a nova Central Térmica de Coloane – “Coloane B”, que representa um investimento de cerca de 1 200 milhões de patacas lançado pela concessionária, entrou em funcionamento no início do corrente ano, após a conclusão da primeira fase do projecto, tendo adoptado geradores modernos de circulação dupla para protecção ambiental, o que tem elevado muito mais a capacidade de produção de electricidade, reduzido a poluição ambiental decorrente do processo de produção e poderá coordenar no futuro a necessidade de importação de gás natural. Quanto à questão dos gases poluentes da Central Térmica de Coloane - “Coloane A”, o Governo tem-se empenhado em acompanhar a adopção, pela CEM, de medidas de melhoramento. De acordo com o planeado, a proposta de melhoramento será realizada por faseamento e concluída em dois anos. Na sequência do impulso de redução do tarifário de electricidade efectuado no ano passado e no ano anterior, o Governo continuou durante este ano a manter negociações técnicas estreitas com a CEM sobre a viabilidade da introdução de tarifas mais favoráveis para determinados grupos de consumidores, criando condições para promover o desenvolvimento socio-económico e corresponder aos anseios da população.

Quanto ao abastecimento de água, para além de fiscalizar a concessionária na adopção de medidas adequadas para resolver a questão da salinidade das águas e melhorar a sua qualidade, bem como elevar constantemente o nível de qualidade dos serviços aos utentes, o Governo negociou activamente junto da SAAM a reapreciação do sistema tarifário de consumo mínimo de água canalizada, procurando uma solução que, a um tempo, garanta a qualidade do abastecimento e corresponda às expectativas do público.

A fim de promover o desenvolvimento e a concorrência saudável no mercado de produtos combustíveis, o Governo adoptou uma série de medidas para regular a instalação de depósitos de distribuição e incentivar a criação de novos postos de abastecimento e a importação de novos produtos combustíveis, entre outras. Verificaram-se resultados notáveis com a adopção dessas medidas, constatando-se que durante o corrente ano houve

uma maior redução do preço dos produtos de gás, o que beneficiou os habitantes e o sector de comidas e bebidas.

12. Ciência e tecnologia

O Governo concluiu no corrente ano os trabalhos de preparação da organização do Conselho de Ciência e Tecnologia. Para além dos membros por inerência, foram nomeadas quinze personalidades de reconhecido mérito na sociedade como membros e designadas nove personalidades de prestígio da área de ciência de tecnologia internacional para exercerem as funções de consultores do Conselho. O Conselho de Ciência e Tecnologia realizou o seu primeiro plenário em Setembro.

O Centro Incubador de Novas Tecnologias, criado pelo Governo conjuntamente com empresas e instituições privadas e mediante a comparticipação de capitais, encontra-se em desenvolvimento estável após a sua entrada em funcionamento no início do ano. Mais de dez empresas vindas do Continente e de Hong Kong, ou da administração conjunta entre Hong Kong, Macau e Continente, já entraram e funcionam neste Centro.

O plano do Centro de Ciência de Macau, da responsabilidade da Fundação Macau e projecto do famoso arquitecto internacional de etnia chinesa, Ieoh Ming Pei e da Pei Partnership, está a desenvolver-se em bom ritmo. De acordo com o planeado, o Centro de Ciência de Macau concentrará as funções de promoção da generalidade das ciências, de promoção do turismo e de centro de conferências, esforça-se por ser um novo símbolo de Macau.

Segunda Parte

Políticas de transportes e obras públicas para o ano 2003

As políticas de transportes e obras públicas para o ano 2003 serão vocacionadas para a continuidade do aumento de investimento público, acelerando-se a promoção de projectos de infra-estruturas e esforçando-se pelo aperfeiçoamento do enquadramento físico do meio urbano de Macau, em harmonia com a liberalização do mercado dos jogos de fortuna e azar e da finalização da organização dos Jogos da Ásia Oriental de 2005. Entretanto, continuar-se-á a criar activamente condições no domínio dos transportes e obras públicas, no sentido da criação de emprego, melhoramento das infra-estruturas, promoção do desenvolvimento económico e melhoramento constante da qualidade de vida da população.

Continuar-se-ão as obras da terceira ponte Macau-Taipa, da praça em frente ao novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e do respectivo terminal subterrâneo para veículos de transportes públicos de passageiros. Com a formação gradual das redes viárias junto aos principais eixos, diversos aterros em COTAI vão ser executados aceleradamente para a preparação da fase preliminar dos projectos de algumas instalações desportivas para os Jogos da Ásia Oriental, do Centro Logístico e do Parque Industrial de Alta Tecnologia, entre outros.

Para satisfazer as necessidades do desenvolvimento do turismo e aperfeiçoar a ligação das redes viárias de Macau ao exterior, o Governo vai iniciar os trabalhos preparatórios referentes à introdução de um novo sistema de transporte colectivo urbano, procurando também concretizar o projecto de ligação a Macau do troço da auto-estrada Pequim-Zhuhai.

Em matéria de obras públicas, procurar-se-á que as diversas obras de construção de pavilhões desportivos para os Jogos da Ásia Oriental e das instalações acessórias possam ser concluídas no ano de 2004. Serão iniciados outros projectos de obras públicas, designadamente a construção e a reparação de edificações públicas, a remodelação de instalações culturais e turísticas, de assistência médica, de saneamento básico, de lazer, o arranjo paisagístico da cidade e a criação de zonas verdes.

Após o planeamento, concepção e execução das obras em várias fases, algumas áreas da cidade terão um aspecto renovado, surgindo diferentes zonas funcionais, designadamente de indústrias e de cidade antiga, sendo também melhoradas, através do novo planeamento e reordenamento, as instalações de diferentes zonas da cidade no aspecto de turismo, de saneamento básico, de construção viária, de arborização e de lazer.

Para além de acelerar o início de projectos de obras públicas, o Governo vai acompanhar e coordenar activamente a concretização de projectos de investimento privado referentes aos diversos empreendimentos temáticos de turismo, instalações turísticas e culturais, etc., a fim de dinamizar o mercado de emprego.

Com a finalidade de promover o Aeroporto Internacional de Macau e transformá-lo progressivamente num dos postos intermediários regionais, o Governo vai adoptar medidas adequadas para incentivar as companhias aéreas a explorarem novas rotas, aumentar a capacidade de transporte de passageiros de Macau, promover o desenvolvimento de projectos de ampliação das instalações de transporte de carga do AIM e construir o terminal marítimo de carga, e estudar, com aeroportos de outros territórios ou países, medidas de facilitação no sector da carga.

O Governo irá reduzir no ano 2003 as taxas que oneram a utilização de telefones móveis, continuando a envidar esforços no sentido de aperfeiçoar os diversos diplomas legais na esfera das telecomunicações e tecnologias da informação, concluir os trabalhos relativos à separação contabilística da CTM, fiscalizar com mais eficiência as actividades de telecomunicações e promover a concorrência justa no mercado, salvaguardando e equilibrando os interesses dos cidadãos, utentes e operadores. Para promover o desenvolvimento do comércio electrónico e do governo electrónico, será criada, através da Direcção dos Serviços de Correios, a primeira infraestrutura de Autoridade de Certificação Digital de Macau.

Em consonância com as sucessivas reformulações realizadas em diversas zonas da cidade, o Governo no próximo ano procederá ao ajustamento adequado do planeamento das redes viárias e do trânsito de certas zonas, iniciando os trabalhos preparatórios referentes à liberalização da gestão dos parques de estacionamento público e à introdução de um sistema de parquímetros electrónicos e aumentando o número de lugares de

estacionamento em locais adequados.

Considerando a realidade actual, o Governo vai proceder em 2003 à revisão da fórmula de cálculo do prémio de concessão de terrenos, estudar a colocação em hasta pública de uma pequena quantidade de terrenos, simplificar os trâmites de licenciamento de pequenas obras de melhoramento e beneficiação das fachadas dos edifícios, criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento estável e saudável do sector imobiliário e dinamizar os sectores da construção e da decoração. O Governo executará os trabalhos relativos ao lançamento e acompanhamento dos terceiros concursos para atribuição de habitação económica e social, isentando os moradores do pagamento da renda do primeiro trimestre do próximo ano.

A fim de diminuir a sobreposição de competências dos Serviços e utilizar eficientemente os recursos públicos, as Oficinas Navais integrar-se-ão na Capitania dos Portos, passando a constituir um departamento dependente desta direcção de serviços, para a qual os seus trabalhadores serão transferidos, de acordo com a forma de provimento original. Reforçar-se-ão ao máximo as patrulhas marítimas, aperfeiçoando os serviços marítimos e estabelecendo um mecanismo que dê resposta rápida e eficaz aos pedidos relativos à segurança marítima e ao salvamento.

Em matéria de políticas de protecção ambiental, o Governo esforçar-se-á por acompanhar os trabalhos da candidatura ao prémio “Global 500” e os trabalhos construtivos da zona de protecção ecológica, fomentando o papel de Macau como plataforma de empresas verdes e continuando a reforçar a divulgação e ensino da protecção ambiental.

O Governo vai estudar durante o ano de 2003 a viabilidade da divulgação da aplicação da Cartografia Digital Inteligente de Vias, continuando a reforçar e a aperfeiçoar o sistema de previsão meteorológica e divulgando as Ciências da Terra.

Para além de continuar a esforçar-se na introdução de concorrência no mercado de produtos combustíveis, o Governo já negociou com a concessionária de distribuição de energia eléctrica a atribuição de benefícios nos respectivos tarifários aos idosos e aos comerciantes que recorrem a tabuletas luminosas. Na sequência da revisão do sistema tarifário de consumo mínimo de água canalizada, novas medidas serão implementadas no próximo ano.

1. No sector das obras públicas

1.1 No domínio dos grandes projectos de infra-estruturas

1.1.1 Terceira ponte Macau-Taipa

Foi concretizado o projecto de construção da terceira ponte Macau-Taipa. A referida ponte terá um comprimento de 1720 metros e ligará a zona envolvente das Portas do Entendimento na península de Macau à nova rotunda construída junto aos Jardins do Oceano, na Taipa. Será constituída por dois tabuleiros, dispondo o tabuleiro superior de seis faixas de rodagem nos dois sentidos e, o tabuleiro inferior, permitirá a circulação de trânsito em situações de mau tempo e possibilitará ainda a instalação de um metro ligeiro, satisfazendo as necessidades reais do futuro desenvolvimento urbano. Os custos da execução dos tabuleiros da ponte estão estimados em cerca de 560 milhões de patacas.

A construção da terceira ponte Macau-Taipa tem decorrido conforme o previsto. Prevê-se que o respectivo aterro dos acessos do lado da Taipa fique concluído ainda em 2002, tendo-se dado início à construção da ponte e dos acessos do lado de Macau em Outubro passado. O prazo previsto para a construção da ponte é de cerca de 28 meses, prevendo-se a conclusão das obras para finais de 2004 ou início de 2005.

1.1.2 Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e a respectiva praça

As obras da primeira fase do Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco foram iniciadas em finais de 2001, nas quais se incluem o edifício principal, de dois pisos, e cerca de 70 balcões para entradas e saídas de pessoas e instalações complementares, com 11 passagens para a inspecção de veículos nos lados Leste e Oeste, prevendo-se a sua conclusão para o primeiro semestre de 2004.

As obras da segunda fase, nas quais se incluem a nova praça, que liga ao novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, o terminal subterrâneo para

veículos de transportes públicos de passageiros, decorrerão no ritmo máximo em 2003 e o prazo de construção previsto é de 18 meses.

Para salvaguardar o bom funcionamento dos serviços na entrada e na saída da fronteira e reduzir os inconvenientes causados aos passageiros, será construída uma passagem superior para peões nas Portas do Cerco para utilização no decurso das referidas obras. Ao mesmo tempo, o Governo adoptará medidas adequadas para aliviar a pressão do trânsito nas Portas do Cerco, tais como aproveitar a Ponte Flor de Lótus e a fronteira da Ilha da Montanha para o escoamento do tráfego.

1.1.3 Infra-estruturas de COTAI

O planeamento global de COTAI já foi ajustado adequadamente conforme o plano estratégico de desenvolvimento urbano, em harmonia com a liberalização do mercado dos jogos de fortuna e azar e com o objectivo de promover o turismo e disponibilizar os terrenos necessários para instalações de educação, de recreação e de desporto, de zonas verdes e de protecção ambiental.

As infra-estruturas dessa zona estão a ser executadas a um ritmo normal, tendo sido já concluídas a Estrada da Baía N. Senhora da Esperança, o alargamento da Avenida VT0 e a Via VU3.3. A estrada entre a Rotunda Flor de Lótus, a Rotunda da Central Térmica de Coloane (VR1/VT2) e a Via VU3.1, que ligará a Universidade de Ciência e Tecnologia e a Rotunda da Central Térmica de Coloane, bem como o Troço da Avenida VU3.4, que ligará a Rotunda da Harmonia e o Canal Oeste, ficarão concluídos, respectivamente, no quarto trimestre de 2002 e no início de 2003. Após a conclusão destas vias, estará constituída a rede viária principal de COTAI.

De acordo com o planeado, terão início em 2003 as construções das seguintes obras: o dique e aterro da zona desportiva planeada para COTAI; a 2ª fase do aterro do Centro Logístico; as obras da 2ª fase das zonas de protecção ecológica artificial; e o aterro do Parque Industrial de Alta Tecnologia.

Proceder-se-ão às obras do dique e aterro da zona desportiva planeada para COTAI a Leste do Istmo Taipa-Coloane, criando infra-estruturas para os Jogos da Ásia Oriental de 2005, tais como o Pavilhão Multi-Usos e a Carreira de Tiro. A área total do aterro será de 16 hectares e as obras terão início no quarto trimestre de 2002, prevendo-se a sua conclusão para o terceiro trimestre de 2003.

A primeira fase do aterro do Centro Logístico será concluída em breve e a construção do dique, aterro e redes de drenagem principais junto ao Norte da Rotunda da Central Térmica de Coloane terá início em 2003, de acordo com o planeado, prevendo-se a sua conclusão para o quarto trimestre de 2003.

As zonas de protecção ecológica artificial, em fase de planeamento, serão implantadas em dois terrenos. As obras da primeira fase são constituídas pelas infra-estruturas a realizar a Norte do Posto Fronteiriço de COTAI e numa zona de protecção de 15 hectares junto ao Canal Oeste, nas quais se incluem as “culvert boxes” artificiais, que podem regular o nível das águas, zona de pântanos, entre outras, prevendo-se que fiquem concluídas em 2002. As obras da segunda fase serão realizadas numa zona de protecção de 40 hectares ao longo do Canal Oeste e prevêem-se que fiquem concluídas em 2003, ficando feita a ligação com a zona da primeira fase. Além de contribuir para um ambiente propício para pouso e procriação das aves, o objectivo a longo prazo das zonas de protecção ecológica é o desenvolvimento das suas potencialidades nas áreas do turismo e da educação.

A construção de um aterro destinado à zona industrial de alta tecnologia, junto ao Aeroporto Internacional de Macau, terá início em 2003.

1.1.4 Sistema de transportes colectivos urbanos

Com a concretização gradual da estratégia de desenvolvimento da Região, o Governo concretizará a introdução de um novo sistema de transporte colectivo urbano, avaliando alguns factores a que o sistema deve

obedecer em relação à situação real. Assim, serão considerados, entre outros factores, a diminuição da poluição ambiental e o apetrechamento com funções ligadas ao turismo e aos espectáculos, de forma a que o novo sistema possa adaptar-se desenvolvimento da sociedade e da economia e responder às necessidades dos serviços de transportes, tendo ainda em conta o desenvolvimento do turismo e do sector de jogos de fortuna e azar, a realização dos Jogos da Ásia Oriental de 2005, bem como a possibilidade futura de ligação ao sistema de transportes por via rápida inter-regional.

1.1.5 Ligação do troço de Macau à auto-estrada Pequim-Zhuhai

A optimização do ambiente de investimento, a promoção do investimento e do emprego, o desenvolvimento das relações com o exterior e o reforço da cooperação regional, serão os trabalhos mais importantes da acção governativa. As infra-estruturas de transportes são fundamentais para o investimento. A concretização do projecto de ligação do troço de Macau à Auto-Estrada Pequim-Zhuhai poderá integrar Macau nas redes de transportes terrestres do Delta do Rio das Pérolas e do Continente e criar condições favoráveis para a cooperação entre as economias regionais e para a circulação de passageiros e mercadorias.

O projecto do troço que liga Macau à Auto-Estrada Pequim-Zhuhai já foi aceite pelo Governo Central, pelo que, o Governo da RAEM irá empenhar-se em 2003 na elaboração de propostas técnicas concretas.

O ponto de ligação do troço que liga Macau à Auto-Estrada Pequim-Zhuhai será em COTAI, área cujo planeamento é mais moderno e aperfeiçoado, junto do qual existem instalações complementares como o Aeroporto Internacional de Macau e o Centro Logístico, o qual está em construção. Actualmente é, sem dúvida, o local mais adequado para o efeito, em comparação com as zonas envolventes às Portas do Cerco e Gongbei. Após a sua conclusão, o novo troço poderá ser ligado à Auto-Estrada G105, chegando directamente a Gongbei.

O Governo da RAEM continuará a manter contactos estreitos com os serviços competentes do Governo Central, da província de Guangdong e da cidade de Zhuhai, empenhando-se na concretização, o mais cedo possível, dos acessos, propostas técnicas e forma de financiamento do troço que liga Macau à Auto-Estrada Pequim-Zhuhai.

1.2 No Domínio dos grandes projectos privados

Após a liberalização do mercado dos jogos de fortuna e azar e a atribuição de três concessões, os investidores vão iniciar a execução dos planos de investimento de acordo com o disposto nos respectivos contratos de concessão. Os operadores dos jogos de fortuna e azar iniciarão a construção ou ampliação de hotéis temáticos e instalações acessórias. Além disso, prevê-se que mais investidores privados, locais e do exterior, venham progressivamente a investir em grandes empreendimentos dos domínios turístico, recreativo e dos serviços.

O Governo simplificará para o efeito os trâmites administrativos, acelerando a apreciação dos projectos e encurtando os prazos de aprovação, aumentando assim a competitividade de Macau.

1.2.1 Complexo de empreendimentos temáticos de turismo e lazer

Um dos novos operadores de jogos de fortuna e azar está a acelerar a construção de um casino no NAPE, planeando construir em COTAI instalações de casino-hotel, de convenções e de turismo. A zona B do NAPE será destinada à construção de um conjunto de empreendimentos de turismo e de recreio pelo outro novo operador de jogos de fortuna e azar. O operador original continuará a construção do “Macau Fisherman’s Wharf” e da Zona Temática de Turismo, composta por hotel de estilo antigo, centro de diversões, praças de diferentes estilos, área pedonal na marginal e estacionamento, situado entre as pontes-cais n.ºs 12-A e 20, de harmonia com o novo plano de reordenamento do Porto Interior, e ainda um hotel temático situado no actual Campo dos Operários.

1.2.2 Empreendimentos nas áreas do turismo e da cultura

O Governo continuará a acompanhar os projectos de empreendimentos nas áreas do turismo e da cultura por si aprovados: um campo de golfe com 18 buracos situado em COTAI; o Centro de Produção Cinematográfica da Ásia Oriental; o Complexo Cultural da Deusa A-Má, situado na Estrada do

Alto de Coloane; e um complexo turístico composto por restaurantes, bares e esplanadas, situado na Praça de Ferreira do Amaral.

1.2.3 Outros projectos de investimento de capitais privados

O Terminal Marítimo de passageiros e de carga do AIM, situado em Pac On, na Taipa, o Novo Terminal de Combustível, situado em Ká Hó, e a ampliação da Pousada de S. Tiago são ainda projectos a realizar em 2003 no âmbito dos empreendimentos de capitais privados.

1.3 No domínio das obras públicas

No sentido de satisfazer as necessidades de desenvolvimento social e económico, aperfeiçoar o enquadramento físico da cidade e melhorar a qualidade de vida da população, o Governo continuará a acelerar os projectos de infra-estruturas de obras públicas, efectuando rigorosamente a gestão dos projectos de obras, adoptando medidas para reforçar a fiscalização dos construtores civis no cumprimento do espírito da Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais, relativamente à atribuição de prioridade aos trabalhadores residentes no acesso ao emprego.

1.3.1 Instalações desportivas para os Jogos da Ásia Oriental de 2005

Em face da realização em Macau dos Jogos da Ásia Oriental de 2005, parte dos pavilhões e respectivas instalações complementares começaram já a ser construídos ou ampliados. As obras relativas às demais infra-estruturas necessárias serão iniciadas no ano 2003, destacando-se as seguintes:

Ampliação e beneficiação do Estádio de Macau: serão aumentados o número de lugares e ampliadas as suas instalações, prevendo-se a conclusão em finais do ano 2004;

Silo do Estádio de Macau: situa-se perto do Estádio de Macau, na Taipa, terá 6 pisos, 580 lugares para viaturas ligeiras, 66 lugares para motociclos, 8 passagens reservadas aos autocarros e uma área de construção de 21 000 m². Será concluído em finais de 2003;

Pavilhão Polidesportivo da Escola Sir Robert Ho Tung: será construído um grande pavilhão coberto, com cerca de 4 200 lugares para público, destinado à prática de diversos desportos. Prevê-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2004;

Pavilhão Polidesportivo do Instituto Politécnico de Macau: situado no Instituto e abrangendo uma área total de construção de mais de 7 500 m², este pavilhão terá 3 700 lugares para público e destina-se à prática de diversos desportos em recinto coberto. Prevê-se a sua conclusão em finais de 2003;

Carreira de Tiro: situar-se-á a Leste de COTAI e terá um parque de estacionamento. A área de construção será de cerca de 19 000 m² e a fase preliminar de aterros, a qual teve início em Maio de 2002, prevê-se que seja concluída no terceiro trimestre de 2004;

Pavilhão Multi-Usos de Macau: situar-se-á junto à Piscina Olímpica de COTAI e será a infra-estrutura desportiva principal dos Jogos da Ásia Oriental de 2005, com uma área de construção de cerca de 65 000 m². A construção será totalmente concluída no quarto trimestre de 2004.

1.3.2 Instalações culturais e turísticas

A Praça dos Lagos Nam Van, situada junto à Torre de Macau, cuja conclusão está prevista para o ano de 2003, constituirá um local destinado à prática pelos cidadãos de actividades culturais, recreativas e de lazer.

Será construído um museu de 3 pisos, com uma área total de cerca de 4 000 m², junto à Praça do Centro Cultural, cujas obras serão em breve concluídas, o qual se destinará à exibição dos tesouros auspiciosos oferecidos pelas diferentes regiões do Continente ao Governo da RAEM aquando da Transferência de Administração.

Será realizado o aterro do Centro de Ciência de Macau no sudeste do Centro Cultural.

Será estudado e elaborado o projecto relativo à transformação do Campo do Tap Seac numa praça pública e à construção de um túnel subterrâneo para o tráfego na Avenida do Conselho Ferreira de Almeida. Será construído também um silo subterrâneo no Jardim Vasco da Gama.

A construção de acessos e ligações à Fortaleza do Monte, situada na Travessa dos Artilheiros, que constitui um dos projectos da primeira fase da zona pedonal do Bairro de S. Lázaro, teve o seu início em 2002 e prevê-se que fique concluída em 2003.

Foi adjudicada a construção de uma via pedonal ao longo da costa de Hac Sá em Long Chao Kok, cuja obra está em curso.

Continuar-se-á durante 2003 a proceder ao restauro da Casa do Mandarim.

1.3.3 Edifícios públicos

Visando a melhoria da prestação dos serviços e em consonância com as necessidades de desenvolvimento e melhoramento das instalações dos serviços públicos, das obras a realizar em 2003, destacam-se:

Construção de um novo edifício escolar, situado junto à entrada do edifício escolar do Instituto de Formação Turística, constituído por quatro pisos e um parque de estacionamento subterrâneo, com uma área total de construção de cerca de 5 600 m², o qual se prevê que fique concluído em 2003;

Remodelação das instalações principais da Capitania dos Portos, na sequência da saída dos Serviços de Alfândega daquelas instalações.

Remodelação do interior do antigo edifício dos Serviços de Saúde do Tap Seac, com manutenção da fachada, destinando-se à nova sede do Instituto Cultural.

Construção de um Posto Operacional de Bombeiros junto ao Lago Nam Van, prevendo-se que fique concluído em 2003.

Concluir-se-ão as peças desenhadas do projecto de novo edifício do Ministério Público, do edifício dos Serviços de Polícia Unitários e das instalações do novo estabelecimento prisional, e será iniciada a concepção do projecto das instalações dos Tribunais.

1.3.4 Instalações para assistência médica e saúde pública

Após a conclusão da construção do Hospital Psiquiátrico da Taipa, a instalação dos equipamentos respectivos será concluída no primeiro trimestre de 2003.

A fim de garantir um constante aperfeiçoamento dos cuidados de saúde primários e dos serviços destinados a idosos, serão construídos, na Rua Central da Areia Preta, o Asilo de Nossa Senhora do Carmo e o Centro de Saúde e, junto ao Hospital Psiquiátrico da Taipa, o Centro de St.^a Margarida para deficientes físicos e mentais.

Serão concluídas em 2003 as obras de beneficiação da nova Unidade Técnica de Luta Contra a Tuberculose, podendo esta entrar em funcionamento.

Iniciar-se-á o estudo da construção das novas instalações dos Serviços de Saúde na Rua Nova à Guia.

1.3.5 Saneamento básico

A capacidade da Central de Incineração deverá atingir em 2005 o seu máximo, pelo que serão desenvolvidos os estudos adequados para um futuro aumento da sua capacidade.

Para um tratamento eficiente dos efluentes líquidos nas pistas do Aeroporto, será construída uma estação de tratamento de águas residuais junto do AIM.

Com o desenvolvimento intenso dos projectos de construção públicos e privados, o tratamento dos resíduos sólidos é uma tarefa premente. Após a apreciação do relatório do estudo efectuado por uma empresa de consultoria,

o Governo vai procurar um local adequado para a constituição de um aterro destinado a zona de aterro de resíduos sólidos de baixa poluição.

Será realizado o arranjo paisagístico da Cobertura do Canal Pluvial do NAPE, incluindo a construção de uma zona verde e de uma estação elevatória na sua cobertura.

1.3.6 Vias principais e instalações de drenagem

Serão reformuladas faseadamente as redes de drenagem da zona do Porto Interior, a fim de melhorar as situações de inundação devidas ao baixo nível dos pavimentos. Prevê-se que fiquem concluídas em 2006.

Será construído o sistema de drenagem e estação elevatória da Bacia Sul do Patane, de forma a permitir que as águas das chuvas sejam conduzidas para o Porto Interior.

Tendo em conta a modificação da zona de S. Lázaro para uma zona de “actividades criativas”, foi iniciado o reordenamento da zona que compreende a Rua do Volong, Rua de Eduardo Marques e Calçada da Igreja de S. Lázaro, no qual se inclui a repavimentação dos arruamentos, a reorganização da rede eléctrica pública e da rede de drenagem.

Será concluído em 2003 o reordenamento da Rua dos Mercadores, da Rua das Estalagens, da Rua 5 de Outubro, do Largo do Pagode do Bazar e da Rua de S. Domingos, bem como as infra-estruturas de ligação de esgotos, entre outras.

1.3.7 Embelezamento da cidade

Será construído na zona Nordeste o Parque Urbano da Areia Preta, prevendo-se a sua conclusão em meados de 2003.

Efectuar-se-ão o reordenamento do meio urbano e arranjo paisagístico dos arruamentos na zona de S. Lázaro, no NAPE, na zona da Barra e no Porto Interior.

Dar-se-á continuidade à reconversão de certos terrenos vagos em espaços provisórios culturais, recreativos e de lazer, de acordo com cada situação concreta.

1.3.8 Manutenção e reparação de pontes, viadutos, terminais marítimos, túneis e taludes

Dar-se-á continuidade às obras de manutenção e reparação das duas pontes Macau-Taipa, dos viadutos, das passagens superiores para peões, dos terminais marítimos e dos túneis.

Dar-se-á igual relevo à manutenção da segurança e monitorização dos taludes.

1.4 No domínio do planeamento e ordenamento urbanos

Tendo em conta a situação concreta da liberalização do mercado dos jogos de fortuna e azar e ouvidos os pareceres de todos os sectores, o Governo fará ajustamentos no planeamento urbanístico das diferentes zonas, com base nos trabalhos desenvolvidos nos últimos dois anos, a fim de corresponder à estratégia de desenvolvimento de Macau, aperfeiçoar progressivamente as instalações físicas das diferentes zonas, melhorar o ambiente comercial e a qualidade de vida da população.

Após a concepção dos respectivos planos e a execução faseada das obras, todas as zonas irão denotar novos aspectos. Entre os principais planos a executar destacam-se:

1.4.1 Zona da Barra

A zona da Barra será transformada num parque temático predominantemente ligado à história do Templo da Deusa A-Ma, com o aumento de instalações turísticas e o aperfeiçoamento da rede viária, tendo em conta as necessidades de ligação do trânsito, no lado de Macau, à terceira ponte Macau-Taipa.

Com a transferência das instalações das Oficinas Navais e da oficina da Capitania dos Portos, será iniciada a segunda fase do aterro da zona da Barra. Serão realizados aterros na mesma zona para construir uma via marginal, a qual ligará a Pousada de S. Tiago (acesso à estrada do Lago Nam Van) à Escola de Pilotagem (acesso ao Porto Interior), construindo-se aí uma zona de lazer com diques.

Proceder-se-á ao alargamento da Rua de S. Tiago da Barra e da praça em frente ao Templo da Deusa A-Ma, dando lugar a uma zona pedonal. Após o reordenamento, será reservado espaço na zona da Barra para a construção de hotéis. Proceder-se-á também ao alargamento da Pousada de S. Tiago.

1.4.2 Porto Interior

Quanto às quatro principais zonas funcionais do Porto Interior destaca-se o seguinte: formar-se-ão sucessivamente um zona para carga e descarga de mercadorias, uma zona de comércio, uma zona de turismo e uma zona de actividades piscatórias. O Governo planeia a construção de uma praça com características típicas entre a marginal do Porto Interior e a Praça de Ponte e Horta, embelezando o enquadramento paisagístico e iluminando a zona ribeirinha.

O Governo esforçar-se-á por acompanhar a concretização do plano de reordenamento do Porto Interior por parte dos operadores, designadamente através da construção de unidades hoteleiras de estilo antigo, de centros de diversões, de praças com características típicas da zona ribeirinha e de parques de estacionamento.

Por outro lado, o reordenamento e o arranjo paisagístico dos arruamentos das zonas antigas, tais como a Rua dos Mercadores, a Rua das Estalagens, a Rua 5 de Outubro e o Largo do Pagode do Bazar será concluído em 2003, com melhoramentos na iluminação, procurando que esta zona observe as características das culturas oriental e ocidental, fomentando assim a respectiva animação e criando um ambiente de comércio favorável.

Espera-se que a zona do Porto Interior após o seu reordenamento e com influência das zonas adjacentes venha a ser mais dinâmica.

Respeitando sempre o princípio da preservação da paisagem global do Porto Interior, o Governo considerará flexibilizar as restrições referentes à altura e índice de ocupação do solo (IOS) dos edifícios novos, por forma a incentivar a participação de investidores privados no desenvolvimento da zona do Porto Interior.

1.4.3 Zona de S. Lázaro

Nas Linhas de Acção Governativa do Ano 2002 planeou-se a transformação da zona de S. Lázaro numa zona de “actividades criativas” predominantemente de actividades ligadas ao “design” e ao vestuário, à arquitectura e às artes. O respectivo enquadramento físico será essencialmente concretizado em 2003 e, em seguida, serão realizadas as obras de construção das zonas pedonais internas, bem como o reordenamento das redes de drenagem, redes eléctricas, pavimentação em calçada portuguesa, instalação de iluminação de estilo antigo e caiação e pintura das edificações antigas. Entretanto, proceder-se-á junto à Rua dos Artilheiros e Caminho dos Artilheiros à construção de um acesso com escadas rolantes dirigido à Fortaleza do Monte e à zona de S.Lázaro.

Será construído um silo automóvel subterrâneo de dois pisos no actual Jardim Vasco da Gama, com a capacidade de 170 lugares para automóveis ligeiros e 170 lugares para motociclos, cujos acessos se farão pela Rua Nova à Guia. De acordo com o planeado, este silo automóvel terá ainda uma passagem para peões, a construir na mesma altura, a qual fará a ligação ao complexo desportivo da Escola Sir Robert Ho Tung.

Conforme o planeado, o Campo do Tap Seac será transformado numa praça pública, sob a qual será construído um túnel para circulação de viaturas. Em 2003 iniciar-se-á o concurso da concepção da Praça do Tap Seac e do respectivo túnel subterrâneo.

1.4.4 Zona Norte

Em harmonia com a construção do novo posto fronteiriço das Portas do Cerco e com o reordenamento da rede viária envolvente, regular-se-ão

adequadamente os Planos de Ordenamento Urbanístico da Zona Nordeste e da Zona Noroeste e serão aumentados equipamentos sociais, zonas verdes e de lazer na Zona Norte, com o intuito de melhorar gradualmente a qualidade de vida dos cidadãos. Os principais empreendimentos são:

Parque Urbano da Areia Preta – terá uma área de cerca de 28 000 m², situar-se-á num terreno vago junto à Av. Leste do Hipódromo e Av. 1.º de Maio. Nele ficarão instalados quatro zonas de recreio para crianças, três complexos desportivos, zonas de lazer, uma praça descoberta, quiosques tradicionais chineses, repuxos de água e dois pequenos edifícios destinados a salas de leitura e a um centro de assistência à juventude;

Asilo de Nossa Senhora do Carmo e Centro de Saúde – situar-se-ão na Rua Central da Areia Preta em frente à Escola Cham Son de Macau e terão uma área de cerca de 3000 m². Neles ficarão instalados dormitórios e zonas de actividades, uma zona para Consultas de Emergência, as zonas de Ginecologia e Obstetrícia, uma zona para Consulta para Adultos, uma zona de Pediatria, uma zona de Odontologia, uma zona para Consulta de Medicina Tradicional Chinesa, uma zona de Fisioterapia, uma zona de Terapia Ocupacional, uma zona para Análises Clínicas e outras instalações acessórias;

Outras obras a realizar serão o melhoramento do sistema de drenagem da Bacia Sul do Patane, por forma a evitar que a água suja do curso superior se infiltre no sistema de drenagem e impeça a entrada de água na Bacia.

1.4.5 Zona do Porto Exterior e zona do aterro do lago Nam Van

A zona do Porto Exterior é constituída principalmente pela Zona de Aterros do Porto Exterior (ZAPE) e pela zona dos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE). A zona do Porto Exterior e a zona de aterros do Lago Nam Van constituem uma zona predominantemente vocacionada para o turismo, lazer, comércio e habitação.

Em harmonia com o plano estratégico do NAPE e tendo em conta que os empreendimentos turísticos e recreativos, a serem edificados naquela zona e na zona do actual Campo dos Operários pelos operadores de jogos de fortuna e azar, irão provocar um enorme afluxo de tráfego, o Governo irá

proceder à revisão do plano director do NAPE. À medida que as novas instalações de jogos de fortuna e azar e de turismo forem sendo construídas, concluídas e postas em funcionamento, prevê-se a transformação da disposição urbana da zona B do NAPE junto ao Hotel Lisboa.

Por outro lado, à medida que a Praça do Centro Cultural, o museu junto à mesma para exibição dos tesouros auspiciosos oferecidos na cerimónia solene do retorno à Pátria, o Centro de Ciência de Macau, o “Macau Fisherman’s Wharf” e a Praça dos Lagos Nam Van, entre outros empreendimentos, forem sendo sucessivamente concluídos nos próximos anos, prevê-se que a zona marginal, desde o Terminal Marítimo do Porto Exterior até à Torre de Macau, apresente um novo aspecto urbano. A fim de desenvolver as vantagens da localização ribeirinha do NAPE, proceder-se-á ao embelezamento dessa zona, designadamente através do arranjo paisagístico das edificações, da instalação de grandes decorações na entrada das vias principais e da colocação de novas iluminações especiais e instalações acessórias, por forma a reforçar a imagem de cidade turística de Macau. O Governo continuará a recolher as opiniões dos comerciantes e dos habitantes dessa zona, aperfeiçoando constantemente a proposta da concepção.

1.4.6 Zonas de Horta e Costa e de San Kio

À medida que diversas cadeias de lojas para venda a retalho se abrirem sucessivamente na zona de Horta e Costa, criar-se-ão condições mais atractivas para a circulação de pessoas e de tráfego. O Governo começará a estudar o plano de reordenamento da zona de Horta e Costa, da zona envolvente da Rotunda de Carlos da Maia até a zona de San Kio e recolherá amplamente as opiniões de todos os sectores da sociedade. Melhorar-se-á o ambiente de comércio, aproveitando melhor o potencial turístico da zona através das características gastronómicas, dos monumentos culturais e dos templos, por forma a responder às necessidades do desenvolvimento dessa zona.

1.4.7 Taipa

Em harmonia com as políticas de desenvolvimento turístico, proceder-se-

á novamente ao planeamento da vila da Taipa e da zona do aterro de Pac On.

Irá estudar-se o projecto de transformação da Fábrica de Panchões leoc Long num parque temático.

Considerar-se-á a revisão do projecto da zona de aterro em frente ao Hotel Hyatt, com vista a conciliá-lo com o desenvolvimento do sectores do turismo e de diversões.

Irá estudar-se o plano de ordenamento da Rotunda Dr. Carlos A. Correa Paes d'Assumpção.

1.4.8 COTAI

De acordo com o planeado, COTAI transformar-se-á numa zona destinada principalmente às actividades de turismo e diversões, serviços logísticos, ensino e indústria de ciência e tecnologia, actividades culturais, desportivas e recreativas, e à protecção ecológica.

Em matéria de turismo e diversões, os projectos de investimento privado divulgados estão em planeamento e abrangem, designadamente, os empreendimentos de turismo e cultura dos novos operadores dos jogos de fortuna e azar, o Centro de Produção Cinematográfica da Ásia Oriental e o "Macau Oriental Golf & Country Club" com 18 buracos.

Em matéria de ensino e indústria de ciência e tecnologia, os projectos principais são a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, duas fábricas farmacêuticas, de capital chinês e alemão, respectivamente, e a fábrica de produção de laminados galvanizados a cobre da Sumitomo Bakelite Macau Companhia Limitada.

As obras da primeira fase das infra-estruturas do Centro Logístico, com uma área de 12,6 hectares, junto ao Aeroporto Internacional de Macau, serão concluídas em breve e, as da segunda fase inerentes ao aterro, com uma área de 10,4 hectares, serão iniciadas em breve, prevendo-se que fiquem concluídas em finais de 2003.

O Pavilhão Multi-Usos para os Jogos da Ásia Oriental de 2005 e a Carreira de Tiro situar-se-ão nesta zona.

Por outro lado, a zona de protecção ecológica artificial, com uma área de 55 hectares, situar-se-á ao longo da marginal Oeste de COTAI e a Norte do Posto Fronteiriço de COTAI.

1.4.9 Coloane

Preservar-se-á Coloane como uma vila verde predominantemente para férias e lazer, turismo e protecção ecológica.

Para desenvolver as características das culturas oriental e ocidental da zona marginal junto ao Templo Tam Kong, em Coloane, o Governo envidará esforços, após um estudo referente ao reordenamento dessa zona, para atrair investidores a participar na execução do respectivo plano. A construção de uma via pedonal ao longo da costa de Hac Sá Long Chao Kok será concluída em 2003, dando-se melhor aproveitamento ao local e mostrando a paisagem natural e litoral de Macau, criando-se também mais locais de lazer para os cidadãos e turistas.

Com a colaboração de peritos do Continente, será elaborado um plano de protecção ecológica, a fim de se constituir gradualmente a Zona Ecológica de Coloane.

1.5 No domínio da gestão de terrenos e promoção do desenvolvimento do mercado imobiliário

No sentido de promover o desenvolvimento estável, será mantida a política de concessão de terrenos delineada para os últimos dois anos, ou seja, o Governo dará prioridade à concessão de terrenos cujos projectos tenham por objectivo a construção de instalações que favoreçam o desenvolvimento dos sectores de serviços, do turismo e da ciência e tecnologia, entre outros. A concessão de terrenos para construção de edifícios afectos a fins habitacionais e comerciais terá em conta a situação do mercado e será feita numa perspectiva de prudência.

Actualmente, o prémio de concessão de terrenos é calculado de acordo com o disposto na Portaria n.º 230/93/M, de 16 de Agosto, isto é, calculado

de acordo com o parâmetro do mercado imobiliário registado no período do auge, o que constitui um grande obstáculo à recuperação deste mercado. Assim, para além das medidas flexíveis adoptadas nos últimos dois anos, o Governo irá rever em 2003 aquela portaria, reapreciando a fórmula de cálculo do prémio de concessão de terrenos de acordo com a situação real, por forma a promover o desenvolvimento do mercado imobiliário.

Entretanto, o Governo irá pôr em hasta pública alguns terrenos de melhor qualidade e de localização adequada, a fim de testar a reacção do mercado e poderem servir de referências à definição das medidas a tomar para promover a recuperação integral do mercado imobiliário.

O Governo irá estudar a possibilidade de alteração da finalidade dos terrenos industriais, permitindo assim estimular os investidores ao seu efectivo aproveitamento, no quadro do plano estratégico de desenvolvimento urbano.

O Governo continuará a acompanhar, de acordo com o estipulado nos contratos, o aproveitamento concreto dos terrenos concedidos, bem como o pagamento de prémios já vencidos e em atraso, a fim de salvaguardar os interesses da RAEM.

Para além das medidas que visam promover um ambiente propício ao desenvolvimento económico, designadamente dos esforços para acelerar o ritmo de recuperação da economia em geral, do melhoramento contínuo das infra-estruturas e paisagismo urbano, da simplificação dos procedimentos administrativos e aperfeiçoamento do regime fiscal e demais legislação aplicável às transacções imobiliárias, em 2003 o Governo irá estudar outras medidas viáveis para incentivar a aquisição de imóveis por parte da população, dinamizando o mercado imobiliário e criando um ambiente favorável ao seu desenvolvimento a longo prazo.

1.6 No domínio da habitação social e económica

1.6.1 Habitação económica

O terceiro concurso para habitação económica realiza-se no ano 2002. Os agregados familiares da lista de espera para aquisição de casas a serem distribuídas serão dispostos de acordo com a nova lista de 2003.

1.6.2 Habitação social

Desde a publicação da lista definitiva do segundo concurso em Junho de 2000 para aquisição de habitação social, o Governo tem ordenado os agregados familiares que reúnem os requisitos para viverem em habitações sociais. De acordo com a legislação aplicável, o prazo de validade do respectivo concurso expirará em Junho de 2003, pelo que o novo concurso será realizado no ano 2003.

Entendendo que os cidadãos de baixos recursos económicos estão a sofrer ainda a pressão da crise económica, os residentes de habitações sociais ficarão isentos do pagamento da renda do primeiro trimestre, no sentido de atenuar, de forma adequada, os seus encargos.

1.6.3 Aperfeiçoamento e revisão de regulamentos

À medida que a sociedade se vai mudando e desenvolvendo, o Governo continuará a aperfeiçoar e rever, atempadamente, a legislação necessária. A revisão do Decreto-Lei n.º 28/92/M, de 1 de Junho, que regula a atribuição, arrendamento e cedência gratuita dos espaços adequados ao exercício de actividades comerciais existentes em edifícios destinados a habitação social, está em curso e prevê-se que fique concluída em 2003.

Em 2003 iniciar-se-ão os trabalhos inerentes à revisão do Decreto-Lei n.º 13/93/M, de 12 de Abril, que regula os contratos de desenvolvimento para a habitação, do Decreto-Lei n.º 3/86/M, de 4 de Janeiro, que estabelece o regime de subsídios à aquisição de habitação própria no âmbito dos contratos de desenvolvimento para a habitação, do Decreto-Lei n.º 41/95/M, de 21 de Agosto, que regula a administração de edifícios promovidos em regime de contrato de desenvolvimento para a habitação e do Decreto-Lei n.º 69/88/M, de 8 de Agosto, que regula a atribuição, o arrendamento e a gestão das habitações sociais.

1.6.4 Construção de habitações

Devido à estagnação do sector imobiliário, não tem havido nos últimos anos novos contratos de desenvolvimento para a habitação. As acções do Governo serão vocacionadas para o acompanhamento dos contratos anteriormente celebrados e para os projectos em curso.

Será prorrogado o prazo para a construção de uma parte das fracções cuja conclusão estava prevista para 2002, pelo que as fracções a concluir em 2003 totalizarão 1024, das quais 349 serão contrapartida de CDH.

1.6.5 Demolição de barracas (edificações informais)

Em 2003 o Governo continuará o acompanhamento da demolição de barracas na península de Macau e nas Ilhas.

1.6.6 Recuperação, manutenção e gestão do parque habitacional do IH

A manutenção e recuperação periódicas e não-periódicas do parque habitacional público pode prolongar o seu tempo de vida. Uma boa gestão não só contribui para a recuperação e manutenção normais, como também para a segurança e conforto dos moradores. Nestas circunstâncias, o Governo continuará prestar assistência e apoio às obras de reparação, manutenção e gestão das habitações sociais e económicas.

1.6.7 Aplicação e gestão dos recursos

Tendo em conta que algumas habitações sociais construídas já têm cerca de 30 anos, o Governo tem despendido anualmente uma grande quantidade de recursos na manutenção e recuperação das habitações sociais. Para aproveitar de uma forma mais eficiente os recursos e melhorar as condições de vida dos moradores, será estudada a viabilidade de demolição e reconstrução das referidas habitações, possibilitando deste modo o reaproveitamento dos terrenos.

1.7 Procedimentos relativos ao urbanismo, regimes e regulamentos, promoção, divulgação e informatização

Para que se simplifiquem mais os trâmites administrativos relativos à construção urbana e se possa corresponder à liberalização do mercado dos jogos de fortuna e azar, o Governo adoptará medidas de flexibilidade relativas aos empreendimentos ligados ao turismo e recreio, acelerando a aprovação de projectos e a emissão de licenças de obras. Quanto aos outros projectos, serão também simplificados os trâmites administrativos, no sentido de tornar mais rápida a aprovação de projectos e a emissão das licenças de obras, especialmente os projectos inerentes às obras de modificação, de beneficiação e de restauro. O Governo irá simplificar o mecanismo de aprovação das obras de beneficiação das fachadas de edifícios e das obras de modificação de pequena escala, esperando que através das respectivas medidas consiga elevar a eficiência dos serviços, melhorar o ambiente de comércio e dinamizar e criar emprego nos sectores da construção e da decoração, incentivando os proprietários a valorizarem os seus prédios, promovendo o desenvolvimento do mercado imobiliário.

1.7.1 Revisão e elaboração de regulamentos

No âmbito regulamentar, o Governo continuará a acompanhar a revisão e elaboração dos regulamentos técnicos e de segurança, tendo-se já dado início em 2002 àqueles que regulam o transporte, os gasodutos e a sua instalação, a armazenagem e a exploração de gases combustíveis. Será estudada e elaborada em 2003 uma série de regulamentos técnicos e de segurança sobre a importação, o transporte, os gasodutos e a sua instalação, a armazenagem e a exploração de gases naturais.

Continuar-se-á a acompanhar a elaboração do Regulamento de Segurança para a Construção e Instalação de Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes e do Regulamento de Segurança para a Construção e Instalação de Ascensores e Monta-cargas. Paralelamente, após as consultas globalmente procedidas pelo grupo de trabalho já criado, serão estudadas concretamente as regras relativas à formação e qualificação do pessoal que se dedica às actividades de instalação e reparação das instalações eléctricas e de elevadores, escadas mecânicas e escadas helicoidais e à apreciação e reconhecimento das suas qualificações.

Tendo em conta as exigências técnicas para o acesso às actividades de construção civil, o Governo desenvolverá em 2003 estudos para a elaboração de regulamentos que definam as qualificações exigíveis para o acesso às actividades de arquitectura, de engenharia civil, mecânica e electrotécnica, mediante consultas a efectuar no respectivo sector.

Quanto à revisão do regime de actividade de arquitectos, engenheiros civis, electro-mecânicos e mecânicos, um grupo de trabalho especializado está a estudar as qualificações necessárias e o regime da respectiva inscrição no serviço competente. Em fins de 2003 será apresentado o relatório de estudo ao Governo, após a recolha ampla das opiniões por parte da Comissão Consultiva já criada e por outros meios, para servirem de referências relevantes à elaboração das respectivas regras a implementar posteriormente.

Por outro lado, continuar-se-á a acompanhar a elaboração do Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão, Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Eléctrica de Baixa Tensão, Regulamento de Segurança de Instalações Colectivas de Entradas de Edifícios e Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Eléctrica.

Com base na audição e recolha de opiniões de sectores diferentes, continuar-se-á a efectuar em 2003 a revisão dos regulamentos e das normas de natureza administrativa e técnica do Regulamento Geral da Construção Urbana, com o objectivo de torná-las mais adequados à situação real do desenvolvimento de Macau.

1.7.2 Combate às obras ilegais e resolução da questão dos edifícios degradados

O Governo continuará a intensificar os trabalhos de fiscalização aos estaleiros de obras privadas, a fim de garantir que estas sejam executadas de acordo com os projectos aprovados e as disposições regulamentares aplicáveis.

O Governo continuará a proceder à fiscalização e instauração de processos contra os proprietários de obras ilegais, tratando prioritariamente os casos de edifícios em risco de desabamento ou cujos componentes arquitectónicos ameacem a segurança pública ou perturbem os outros.

É considerada ainda intervenção primordial a consolidação da campanha de sensibilização de combate às obras ilegais.

Entretanto, dar-se-á igual relevo à realização de vistorias aos prédios antigos em estado de ruína e aos taludes. As construções em risco de desabamento ou que constituam um perigo para a saúde e segurança públicas serão tratadas com prioridade. Por outro lado, realizar-se-ão acções de sensibilização para que os proprietários assumam a responsabilidade pelos encargos com a conservação e recuperação das suas propriedades.

1.7.3 Informatização da gestão

Realizar-se-ão estudos para o aperfeiçoamento da utilização da Internet a fim de se melhorar e facilitar a comunicação com o público.

1.8 No domínio da cartografia e cadastro

Das principais intervenções, destacam-se para o ano de 2003 as seguintes:

1.8.1 Manutenção e actualização da cartografia de base da RAEM

O Governo irá dar continuidade à execução das tarefas relativas à manutenção e actualização da cartografia de base em escalas diferentes, de Macau, da Taipa e de Coloane. Serão aplicadas novas tecnologias para aperfeiçoar o módulo de elementos tridimensionais, a fim de servirem de apoio e referência aos serviços competentes da RAEM aquando da elaboração dos respectivos trabalhos, produzindo-se um CD-ROM que conterà um mapa de apoio em escalas de 1/1 000, 1/10 000 e 1/20 000 e que permite aumentar as suas funções.

1.8.2 Manutenção e actualização das redes topográficas de controlo

Efectuar-se-ão as tarefas relacionadas com a manutenção e o adensamento das redes geodésica e de nivelamento geométrico, a verificação das redes de nivelamento sitas nas Ilhas e o respectivo cálculo de ajustamento, a verificação periódica dos pontos de nivelamento sitos nas

zonas de aterro, o adensamento de pontos de controlo poligonais e respectivo levantamento nas Ilhas e península de Macau, a recolha dos dados de refracção e o estudo da cooperação com as regiões adjacentes na elaboração do levantamento conjunto de redes.

1.8.3 Aplicação tecnológica do Sistema de Posicionamento Global (SPG)

Efectuar-se-ão, através da aplicação tecnológica do SPG e utilizando a Estação Referencial do SPG situada na Fortaleza do Monte, as tarefas relativas ao adensamento dos pontos de controlo situados em COTAL. Aperfeiçoar-se-ão as funções da Estação Referencial do SPG situada na Fortaleza do Monte, de forma a à optimização da sua rentabilidade nas aplicações de topografia e navegação, para implementar nesta Região as condições para o uso da aplicação tecnológica do SPG e para que o nível de qualidade das redes de controlo do SPG desta Região atinja os padrões internacionais de qualidade.

1.8.4 Cadastro sistemático de terrenos

Através da gestão e manutenção do actual cadastro sistemático de terrenos e da organização dos dados e dos arquivos históricos de terrenos, realizar-se-ão as tarefas relativas à análise cadastral e à elaboração de um relatório de informação cadastral e planta cadastral. Em combinação com a actualização do Cadastro Sistemático de Terrenos, efectuar-se-á o teste do novo Cadastro Sistemático e a preparação das tarefas constitutivas, combinando-se, deste modo, todos os dados dispersos num único sistema.

1.8.5 Elaboração de diversas plantas temáticas específicas

Através da Cartografia Digital continuar-se-á a apoiar a RAEM e as entidades públicas na elaboração de diversas plantas temáticas específicas.

1.8.6 Exploração e aplicação do Sistema de Informação Geográfica (SIG)

Continuar-se-ão a desenvolver as tarefas de exploração do Sistema de Informação Geográfica Ambiental e outros sistemas de informação que contêm informações relevantes de Macau, divulgando-se ao público através

da Internet dados e informações geográficas variadas e aumentando os tipos de informações temáticas, tais como visitas e consultas às instalações sociais e estabelecimentos de ensino, determinando-se as suas localizações no mapa e implementando no “SIG Móvel” as funções de visita e consulta, via internet, instaladas em plantas temáticas.

Por outro lado, proceder-se-á à manutenção do modelo de base existente, mantendo a actualização dos desenhos e dos respectivos dados e estudando e promovendo a aplicação da Cartografia Digital Inteligente de Vias.

1.9 No domínio da meteorologia e geofísica

Em 2003, para além de se continuarem com os serviços em curso na área da meteorologia, da qualidade do ar e da geofísica, será ainda reforçada a diferentes níveis a formação profissional e académica dos trabalhadores com o objectivo de poderem funcionar nos diferentes campos das ciências. As principais actividades das outras áreas são:

1.9.1 Meteorologia

Continuar-se-á a aperfeiçoar o presente sistema de previsão de quatro dias, melhorando os índices de acerto. Na área do serviço público reforçar-se-á o conteúdo da *homepage* e a disseminação de informação a fim de se prestar um serviço de meteorologia de boa qualidade.

Proceder-se-á à melhoria da previsão das tempestades tropicais, especialmente no que diz respeito à distribuição espacial dos ventos fortes e à sua trajectória.

Na área do clima, efectuar-se-á o estudo e a análise dos dados meteorológicos de 100 anos já compilados.

1.9.2 Qualidade do ar

Continuar-se-ão a recolher e a analisar amostras das substâncias orgânicas voláteis (VOC), assim como a avaliar e a analisar as suas influências na RAEM.

1.9.3 Meteorologia marítima

Procurar-se-á melhorar o trabalho actual na previsão do estado do mar e na previsão do tempo no mar, em especial no que respeita às ondulações causadas pelas tempestades tropicais.

1.9.4 Divulgação das Ciências da Terra

Melhorar-se-á o actual programa de visitas, aumentando-se as áreas de exposições e enriquecendo os seus interiores, e promovendo uma melhor interacção com as escolas e associações na disponibilização de palestras científicas.

1.10 No domínio da protecção ambiental

1.10.1 Acompanhamento dos trabalhos da candidatura ao prémio “Global 500” em protecção ambiental

Macau planeia candidatar-se em 2002 ao prémio “Global 500” instituído pelas Nações Unidas, tendo sido decidido que o tema principal da candidatura seriam os resultados obtidos na área do tratamento de águas residuais e da qualidade das águas em geral. O Governo irá acompanhar em 2003 os respectivo trabalhos.

1.10.2 Melhoramento das infra-estruturas destinadas à protecção ambiental

Serão instaladas mais duas estações fixas para monitorização do ruído ambiental, melhorados os trabalhos de pesquisa geral e de análise do ruído ambiental da cidade e procurar-se-á, por outro lado, o constante aperfeiçoamento do Sistema de Informação Geográfica Ambiental, continuando a aumentar os conteúdos de informação com base nas informações originais.

Por outro lado, o Governo efectuará um estudo das medidas inerentes à diminuição da libertação de substâncias poluentes pelos veículos a gasóleo e à extinção gradual dos ciclomotores com motores a dois tempos, continuando a estudar as medidas sobre o melhoramento da qualidade do ar, fiscalizando e revendo a qualidade do combustível.

Com a colaboração de peritos do Continente será elaborado um plano integral de protecção ecológica, a fim de se constituir gradualmente uma zona ecológica.

1.10.3 Sensibilização e educação no âmbito da protecção ambiental

O Governo continuará a cooperar e a manter contactos estreitos com as instituições e associações locais e do exterior na área da protecção ambiental, aumentando as actividades de sensibilização nessa área e promovendo a formação, promovendo activamente as escolas verdes e o reconhecimento da gestão do ambiente através da certificação ISO 14 000, aperfeiçoando gradualmente a recolha, a análise e a organização das informações do ambiente de todos os locais e elaborando o 4.º Relatório do Estado do Ambiente de Macau.

Entretanto, continuar-se-á a aperfeiçoar e a aprofundar as funções e as informações do Sistema de Informação Geográfica Ambiental, criando uma “homepage” do Conselho do Ambiente em língua inglesa.

1.10.4 Diplomas regulamentares da protecção ambiental e cooperação com o exterior

Serão reforçadas a monitorização e as modalidades de investigação na área do ambiente, no sentido de criar uma base para o aperfeiçoamento do regime jurídico de protecção ambiental.

Após a conclusão dos trabalhos de pesquisa geral e análise do ruído ambiental de Macau, serão adoptadas medidas de forma a aperfeiçoar as redes de monitorização do ruído ambiental, revendo e apreciando novamente a legislação vigente relativa ao ruído ambiental.

Por outro lado, reforçar-se-á a cooperação regional e internacional na área do ambiente, prestando apoio à aplicação das convenções internacionais aplicáveis a Macau e estudando e resolvendo através de negociações algumas questões territoriais no âmbito do ambiente.

1.10.5 Plataforma de indústria verde

No sentido de desenvolver as vantagens geográficas e históricas de Macau e reforçar a ligação com os países de língua latina, o Governo vai esforçar-se na criação de condições para promover Macau como plataforma de ligação e cooperação da indústria verde da China com outros países do mundo, especialmente entre pequenas e médias empresas, promovendo a economia e impulsionando o desenvolvimento sustentado.

2. Nos sectores dos transportes e das telecomunicações

2.1 Trânsito

O Governo continuará em 2003 a aperfeiçoar, através de medidas adequadas, o planeamento das redes e instalações viárias de Macau a fim de melhorar gradualmente o trânsito de certas zonas e em determinados períodos, por forma a corresponder ao futuro desenvolvimento da sociedade e da economia.

2.1.1 Planeamento sobre a introdução de um novo sistema de

transporte colectivo urbano

Como se referiu anteriormente, Macau tem efectivamente a necessidade de introduzir um novo sistema de transporte colectivo urbano projectado para o futuro, adaptado à realidade local, que seja de baixa poluição e disponha de certas funções vocacionadas para o turismo.

A ideia preliminar é a de que o novo sistema de transporte colectivo urbano deverá ligar os pontos de entrada na Região, passando pelos principais pólos de atracção turística ao longo da orla costeira e em COTAI. Numa primeira fase passará pelo Terminal Marítimo do Porto Exterior, NAPE, Hotel Lisboa, Torre de Macau, atravessando a terceira ponte Macau-Taipa e ligando ao AIM e COTAI pelo lado Noroeste da ilha da Taipa. A elaboração do projecto concreto e o andamento das obras dependerão do resultado do respectivo estudo.

2.1.2 Beneficiação do sistema de redes viárias

Em harmonia com a construção do novo posto fronteiriço das Portas do Cerco, o Governo procederá ao reordenamento da rede viária envolvente, regulando adequadamente a rede viária da Zona Nordeste e da Zona Noroeste, com vista a melhorar gradualmente a actual situação do trânsito.

Por outro lado, à medida que os operadores de jogos de fortuna e azar construírem e ampliarem sucessivamente as respectivas instalações e em harmonia com o reordenamento da cidade, proceder-se-á novamente ao planeamento e ao reordenamento das redes viárias de certas zonas, designadamente da zona B do NAPE, da Praia Grande e das zonas envolventes da Barra, e lançar-se-á um concurso público para a concepção do túnel subterrâneo para circulação de viaturas na zona do Tap Seac, a fim de se melhorarem gradualmente as redes viárias e adequá-las às situações reais de Macau.

A construção das redes viárias de ligação à terceira ponte Macau-Taipa, no lado da Taipa, será iniciada faseadamente em 2003.

2.1.3 Liberalização do direito de exploração de auto-silos e

aumento de lugares de estacionamento em diversas zonas

Tendo em conta a falta de lugares de estacionamento em certas zonas, questão que preocupa os cidadãos, o Governo procederá à revisão do contrato de concessão exclusivo, iniciando os trabalhos preparatórios referentes à liberalização da gestão dos parques de estacionamento e dos lugares de estacionamento com parquímetros nas vias públicas, à elaboração dos respectivos diplomas legais e à introdução gradual de um sistema de parquímetros electrónicos, e estudará o aumento do número de lugares de estacionamento em locais adequados, aproveitando determinados estaleiros desocupados para construir parques de estacionamento provisórios.

Será construído em 2003 um silo automóvel subterrâneo de dois pisos no actual Jardim Vasco da Gama, com uma capacidade de 170 lugares para automóveis ligeiros e 170 lugares para motociclos, cujos acessos se farão pela Rua Nova à Guia.

Em consonância com o reordenamento da rede viária serão aumentados os lugares de estacionamento no Porto Interior, na Barra, na Zona Norte e na vila da Taipa. Mediante autorização e sob determinadas condições, serão instalados lugares de estacionamento para autocarros de turismo junto aos principais pontos turísticos, criando melhores condições aos operadores e turistas.

2.1.4 Embelezamento e actualização das placas indicativas e da sinalização informativa rodoviária

Tendo em conta as políticas relativas à melhoria do trânsito e ao desenvolvimento do turismo, o Governo irá embelezar, actualizar e aumentar, nos principais eixos viários de Macau e restantes localidades, as placas indicativas e sinalização informativa rodoviária, por forma a facilitar a condução. Por outro lado, será revista a sinalização vigente, actualizando-se a mesma de acordo com as necessidades.

2.1.5 Reforço do sistema de monitorização do trânsito

Procurar-se-á reforçar a capacidade de monitorização e gestão do trânsito, especialmente no que se refere às situações de desrespeito das paragens obrigatórias impostas pela sinalização semafórica vermelha e às

situações de condução com velocidade excessiva. Serão ainda aumentadas as informações sobre o trânsito e sobre as situações rodoviárias, a fim de proporcionar atempadamente aos condutores informações mais amplas sobre a situação viária, reduzindo-se deste modo as possibilidades de ocorrência de acidentes.

Por outro lado, continuará a instalação adequada do sistema de controlo de sinalização semaforica nos cruzamentos em que se verifica a sua falta, para permitir uma melhor gestão do trânsito e melhorar a ordem e a segurança dos veículos e dos peões.

2.1.6 Melhoria dos itinerários dos autocarros e racionalização da distribuição das paragens

Para satisfazer as necessidades do trânsito e do desenvolvimento urbano de Macau, o Governo irá reforçar os trabalhos de coordenação e negociação com as concessionárias de transportes públicos, estudando-se em conjunto medidas viáveis relativas ao melhoramento dos itinerários dos autocarros e da distribuição das paragens, esperando-se que seja possível elevar a eficiência dos serviços de autocarros, aliviar as situações de engarrafamentos de trânsito nos eixos viários principais e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e turistas.

Continuar-se-á a introduzir em Macau paragens de autocarros mais modernas e de melhor aspecto estético, proporcionando um ambiente mais agradável aos cidadãos que esperam pelos autocarros e dotando as vias urbanas de um aspecto mais agradável.

2.1.7 Campanha de sensibilização rodoviária

O Governo pretende, como sempre, contribuir para o incremento da consciencialização dos peões e dos condutores quanto à segurança rodoviária e às disposições regulamentares do trânsito. Paralelamente, serão melhoradas as instalações de segurança rodoviária.

2.1.8 Continuação da revisão do Código da Estrada

Após a reapreciação de parte dos artigos do Código da Estrada, o Governo continuará a acompanhar os trabalhos referentes à revisão dos demais artigos, bem como da respectiva regulamentação, visando uma melhor adaptação à realidade de Macau.

2.1.9 Aumento da fiscalização dos serviços públicos de transportes colectivos

O Governo continuará a reforçar a fiscalização à qualidade dos serviços prestados pelas companhias de transportes públicos, bem como à normalização dos serviços de transportes de táxis, autocarros de turismo e autocarros de carreiras especiais.

2.1.10 Estudo da introdução do sistema de cálculo da quantidade de viaturas

Será estudada a introdução do sistema de cálculo da quantidade de viaturas, a fim de eficientemente se recolherem dados em relação ao tráfego de veículos, proporcionando informações mais exactas que sirvam de referência para o futuro planeamento do transporte viário.

2.2 Actividades marítimas

As principais intervenções no domínio das actividades marítimas para o ano 2003 são as seguintes:

2.2.1 Integração das Oficinas Navais na Capitania dos Portos

Correspondendo às políticas de racionalizar os serviços públicos e de promover uma utilização mais eficiente dos recursos públicos, em 2003 as Oficinas Navais integrar-se-ão na Capitania dos Portos, passando a constituir um departamento desta direcção de serviços, para a qual os trabalhadores das Oficinas Navais serão transferidos, de acordo com a forma de provimento que detêm actualmente.

Após a integração, as Oficinas Navais passarão a denominar-se “Estaleiro de Construção Naval” e as suas instalações serão transferidas para o Fai Chi Kei. Para além de trabalhos de construção, reparação, inspecção e

manutenção naval, o Estaleiro de Construção Naval efectuará também trabalhos de reparação e manutenção de veículos públicos. Na área da construção naval, acompanhar-se-ão em 2003 os trabalhos de construção de uma embarcação de combate a incêndios para a Capitania dos Portos e de uma lancha para os Serviços de Alfândega.

2.2.2. Segurança marítima e salvamento

À medida que se vão construindo diversas infra-estruturas nas áreas costeiras, reforçar-se-ão ao máximo as patrulhas marítimas a fim de assegurar no mar a salvaguarda de vidas humanas e de bens.

Será incrementada a cooperação inter-organismos a fim de aperfeiçoar os serviços marítimos e de estabelecer um mecanismo que dê resposta rápida e eficaz aos pedidos relativos à segurança marítima e ao salvamento, nomeadamente no que diz respeito à garantia de segurança dos serviços de transportes marítimos de passageiros para o exterior.

2.2.3 Combate à poluição marítima

Serão estudadas e executadas medidas de preservação do meio marinho, bem como reforçada a cooperação com as áreas vizinhas, por forma a prevenir e combater com eficácia a poluição marítima.

2.2.4 Actividade portuária

Serão estudadas em 2003 medidas que facilitem os transportes marítimos, com vista à promoção da indústria marítima e à satisfação das necessidades do desenvolvimento das actividades logísticas.

Serão estudadas em 2003 estratégias para o desenvolvimento da indústria piscatória local, melhorando o ambiente do comércio, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento contínuo da comunidade dos pescadores.

2.2.5 Gestão administrativa das actividades marítimas:

Haverá um esforço maior na desburocratização dos procedimentos e formalidades administrativas e lançar-se-ão gradualmente uma série de Cartas de Qualidade de modo a melhorar a qualidade dos serviços.

Será aperfeiçoado o regime jurídico sobre o registo de embarcações, estudando e apresentando propostas de revisão do diploma vigente sobre o Centro de Registo Internacional de Navios, com o fim de se estabelecer um regime jurídico exequível e adequado às necessidades reais de Macau.

2.2.6 Desenvolvimento portuário

O Governo procederá ao estudo sobre as necessidades para o desenvolvimento económico dos portos e medidas suplementares a aplicar, nomeadamente o reordenamento do Porto Interior e da Barra.

2.2.7 Legislação marítima

Serão revistos e aperfeiçoados os regimes jurídicos das actividades marítimas, a fim de os adaptar à realidade e de os adequar às convenções internacionais aplicáveis.

Serão criados gradualmente regulamentos de administração portuária a fim de melhor se prosseguirem as atribuições do Governo neste domínio.

2.2.8 Cooperação externa

Será incrementado o intercâmbio e a cooperação com os organismos marítimos das áreas vizinhas e executado o plano de emergência elaborado em conjunto para busca e salvamento e combate à poluição por hidrocarbonetos. A actuação combinada das várias entidades permitirá executar as tarefas mais importantes nestas áreas.

Será dada continuidade à participação do pessoal nas principais reuniões das organizações marítimas internacionais da ONU e de outras organizações, e aumentar-se-á o intercâmbio de informações marítimas, bem como o conhecimento dos assuntos e situações marítimas a nível mundial.

2.2.9 Formação marítima

Serão proporcionadas acções de formação ao pessoal da área das actividades marítimas e portuárias, de forma a aumentar o seu nível de conhecimentos profissionais, nomeadamente acções de formação e de divulgação da segurança profissional na área marítima.

Por outro lado, de forma a corresponder às exigências das convenções internacionais e dos respectivos diplomas regulamentares, desenvolver-se-ão activamente acções de formação profissional nas diversas carreiras marítimas e realizar-se-ão cursos de formação para os pescadores.

Incentivar-se-á a promoção e o desenvolvimento das actividades náuticas e procurar-se-á promover e divulgar conhecimentos marítimos ao público, nomeadamente aos jovens estudantes.

2.2.10 Museu Marítimo

O serviço competente acompanhará de perto o andamento da montagem de espécimes de esqueletos de baleias e os preparativos para a sua futura exposição.

Efectuar-se-á a ampliação do Museu Marítimo, de forma adequada ao novo plano de ordenamento da Barra.

Incentivar-se-á a cooperação com diversos serviços locais e externos na organização de actividades, por forma a contribuir para a promoção de Macau como cidade de cultura e turismo.

2.3 No domínio das actividades de aviação civil

Face às oportunidades e desafios que a abertura de rotas entre o Continente e Taiwan causará, o Governo continuará a adoptar medidas flexíveis e estimulantes na área do transporte aéreo, por forma a captar maiores fluxos de passageiros, carga e aviação em geral, fomentar uma maior utilização do AIM, promover Macau como plataforma de trânsito para voos de passageiros e de carga da região onde se insere e assegurar a

diversificação dos mercados, sem descuidar o equilíbrio de interesses entre uma rápida expansão do sistema e a consolidação das suas bases numa perspectiva de longo prazo. No sentido de assegurar as condições para um contínuo e sustentado desenvolvimento do sistema de aviação civil, as acções mais importantes no domínio da aviação civil para o ano 2003 serão:

2.3.1 Continuidade na criação de condições para tornar o AIM mais atractivo

Impulsionar-se-á activamente uma melhor utilização dos espaços fornecidos às companhias aéreas, a fim de aumentar gradualmente o número de voos e rotas, especialmente voos de curta distância no interior da China. Para tal, mereceu a aprovação do Governo da RAEM um esquema de incentivos à operação de novas rotas criado pela CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau S.A.R.L., esperando-se que possa atrair mais companhias aéreas a utilizar o Aeroporto Internacional de Macau.

Impulsionar-se-ão as companhias aéreas instaladas na RAEM a aumentarem a sua frota de aviões e a desenvolverem mais rotas. As companhias aéreas serão estimuladas através de benefícios adequados a abrirem mais rotas para o exterior, de ida e volta, de modo a consolidarem as suas actividades.

Em 2003, ao abrigo das competências delegadas pelo Governo Central, o Governo de Macau continuará a negociar com países ou territórios para a assinatura de acordos de transporte aéreo, envidando esforços para a assinatura formal dos acordos já rubricados, bem como requerendo ao Governo Central mais rotas para o Continente.

Para responder às necessidades do crescimento gradual do transporte de passageiros e de carga entre as duas margens, Macau e Taiwan, o governo irá delegar competências à Companhia de Transportes Aéreos Air Macau, para as negociações sobre o aumento das rotas entre Macau e Taiwan.

Tendo em conta o interesse global de Macau a longo prazo, o Governo irá activamente procurar uma solução para a dívida do AIM.

2.3.2 Incentivos ao transporte de carga aérea

O Governo irá incentivar as companhias de transporte de carga do AIM para ampliarem as suas instalações. O investimento previsto é de cerca de 200 milhões de patacas.

Promover-se-á a concretização do plano sobre a construção, por investidores privados, de um terminal marítimo de carga e de passageiros junto ao AIM, de forma a criar condições para uma futura articulação do transporte marítimo com o transporte aéreo, esforçando-se o Governo ao mesmo tempo em incentivar as companhias aéreas a abrirem mais rotas de transporte de carga. Realizar-se-ão também estudos para reforçar a cooperação com os aeroportos adjacentes e a facilitação da circulação de carga, e estudos sobre a ligação por transportes aéreos entre Hong Kong e Macau.

2.3.3 Aumento da segurança e da qualidade da aviação civil

A auditoria realizada no AIM no final de 2001 pela Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) a pedido da Autoridade de Aviação Civil (AACM) veio confirmar a adequação dos sistemas de segurança e o cumprimento dos procedimentos internacionais.

Para assegurar a prossecução deste objectivo basilar da aviação civil – a segurança – o Governo prosseguirá em 2003 com o reforço das medidas e procedimentos de segurança (*safety* e *security*), designadamente a implementação de um novo sistema de controlo de acesso ao AIM e em particular à área do transporte de carga aérea, mediante a introdução de novos equipamentos de segurança e de grandes aparelhos de raios X para teste, bem como a introdução de iniciativas reguladoras e de supervisão, inspecção, licenciamento e certificação do AIM e dos operadores de transporte aéreo.

2.3.4 Aumento do número e da frequência dos voos de helicóptero

A fim de contribuir para uma ligação de trânsito mais intensa entre

Macau e as cidades junto do Delta do Rio das Pérolas através de uma rede de transportes regulares de helicópteros, o Governo irá incentivar as respectivas companhias a aumentarem o número de frequências de voos para as cidades adjacentes, tendo sido já autorizada a ampliação do heliporto.

2.4 No domínio das telecomunicações e tecnologias da informação

Com vista a promover mais o desenvolvimento do mercado das telecomunicações, o Governo irá reduzir no ano de 2003 as taxas que oneram a utilização de telefones móveis e proceder às seguintes intervenções concretas:

2.4.1 Aperfeiçoamento dos diplomas legais

O Governo dará continuidade à revisão de certos diplomas legais que não correspondem às situações actuais e à elaboração de novos diplomas que estejam de acordo com a realidade, de forma a regular e fiscalizar de uma forma eficiente e concreta as actividades do mercado das telecomunicações, promovendo uma concorrência justa e salvaguardando os interesses dos cidadãos, utentes e operadores de telecomunicações.

As acções principais para o ano 2003 serão:

Proceder-se-á à revisão global do regime jurídico das radiocomunicações. Serão elaborados o Regulamento sobre o Regime Básico de Interligação/Acesso de Redes Públicas de Telecomunicações, o Regulamento sobre o Regime de Instalação de Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios e o Regulamento sobre Telecomunicações Privativas.

Após a liberalização dos mercados de comunicações móveis e da Internet, de acordo com as disposições comuns internacionais, os operadores de serviços concorrenciais têm obrigação de partilhar os custos do serviço universal. Entretanto, os padrões a adoptar no cálculo das participações, do respectivo âmbito e demais matérias conexas deverão ser estabelecidos mediante um estudo aprofundado. Assim, o Governo iniciará o estudo da forma de regular as obrigações relativas ao serviço

universal e à participação dos operadores nos seus custos.

2.4.2 Conclusão do projecto da separação contabilística da Companhia de Telecomunicações de Macau S.A.R.L.

Era previsível a complexidade do projecto da separação contabilística da CTM após a liberalização do mercado, uma vez que durante longo tempo o serviço público de telecomunicações em Macau viveu sob um regime de exploração exclusiva. Conforme o actual desenvolvimento dos trabalhos e das respectivas medidas, prevê-se que a separação contabilística preliminar e a definição do seu enquadramento sejam finalizadas no início de 2003. Nessa altura será então possível ao Governo proceder a uma análise relativamente objectiva sobre o funcionamento da CTM e os serviços por esta prestados, no sentido de avaliar as políticas e as correspondentes medidas a implementar.

2.4.3 Continuação do desenvolvimento do planeamento das faixas de frequência e coordenação de actividades

Com base no acordo sobre coordenação de frequências alcançado em 2002 com o Departamento de Regulação da Rádio do Ministério da Indústria de Informação e tendo em conta o crescimento acelerado dos serviços de radiocomunicações nas faixas de frequência compreendidas entre 30 MHz e 40 GHz, o Governo irá prosseguir os trabalhos de coordenação com as entidades do Continente com competências no âmbito das actividades relacionadas com a gestão das faixas de frequência, no sentido de garantir espaço de desenvolvimento aos serviços de radiocomunicações de Macau.

Nas regiões vizinhas, incluindo Hong Kong e a Província de Guangdong, já foram encetados o planeamento mútuo e a coordenação no domínio dos serviços de radiodifusão digital terrestre. Perante esta realidade, serão desenvolvidos a análise e o estudo sobre a comercialização, o planeamento e a coordenação dos serviços de radiodifusão digital terrestre, evitando-se que fique comprometido o desenvolvimento em Macau das actividades relacionadas.

2.4.4 Continuação do estudo sobre a possibilidade de utilização do

satélite geoestacionário

Tendo em conta as dificuldades de desenvolvimento das órbitas 117° E e 122° E no âmbito do comércio e das técnicas por parte de Macau isoladamente, é necessário realizar um estudo sobre a cooperação a efectuar com instituições ou empresas do exterior, de forma a otimizar a utilização das órbitas para o desenvolvimento das actividades de teledifusão por satélite.

2.4.5 Reforço da gestão dos nomes de domínio da Internet

Existem actualmente uma série de convenções aplicáveis à gestão e ao registo de nomes de domínios da Internet. No entanto, face ao desenvolvimento dos últimos anos, nomeadamente dos nomes de domínio em múltiplas línguas, é necessário proceder, em tempo oportuno, à revisão dos processos de gestão e registo dos nomes de domínio representativos da RAEM, com vista à sua regulamentação. Assim, o Governo irá realizar em 2003 um trabalho nesta área visando reforçar a gestão dos nomes de domínios da Internet.

2.4.6 Incentivo ao aumento das infra-estruturas locais de banda larga e de telecomunicações de multimédia

Com o desenvolvimento contínuo das tecnologias da informação, a transmissão de multimédia conquistou um lugar de relevância na comunicação, não se circunscrevendo agora apenas à via telefónica. As infra-estruturas disponíveis em Macau serão incapazes de satisfazer as necessidades previsíveis do mercado. Do ponto de vista estratégico e do desenvolvimento a longo prazo, o Governo irá incentivar os operadores de telecomunicações e demais investidores a aumentarem as infra-estruturas de telecomunicações nas áreas de banda larga e de multimédia.

2.4.7 Promoção da generalização e aplicação de tecnologias da informação

Em 2003 o Governo irá reforçar a comunicação e a cooperação com as instituições particulares e promover a generalização e a aplicação de

tecnologias da informação, com especial incidência na divulgação da utilidade e vantagens da introdução das tecnologias da informação na vida quotidiana.

2.4.8 Avaliação e melhoramento dos actuais procedimentos e introdução da “Carta de Qualidade”

Proceder-se-á à revisão dos diplomas legais relacionados com as radiocomunicações e as formalidades administrativas do licenciamento das radiocomunicações, os quais vigoram há muitos anos, a fim de se simplificarem as formalidades e poder responder-se à actual conjuntura de desenvolvimento. Com base nisto, serão introduzidas a “Carta de Qualidade” em alguns processos administrativos seleccionados, de modo a beneficiar o público e a assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos serviços.

2.4.9 Aumento dos equipamentos nas estações de fiscalização de telecomunicações

Actualmente, os equipamentos utilizados nas estações de fiscalização de telecomunicações revelam-se insuficientes para enfrentar o desenvolvimento veloz das actividades do sector. Se os recursos financeiros permitirem, será ponderada a possibilidade de actualizar parte dos equipamentos existentes e adquirir um novo sistema móvel de localização e sala blindada destinada ao teste dos aparelhos.

2.5 No âmbito dos serviços de correios

As acções principais para o ano 2003 na área dos serviços de correios serão:

2.5.1 Desenvolvimento dos serviços de certificação de assinatura electrónica

Para promover o desenvolvimento do comércio e do governo electrónicos, será criada, através da Direcção dos Serviços de Correios, a primeira infra-estrutura denominada Autoridade de Certificação Digital de Macau. A implementação da respectiva construção física e a disponibilização do pessoal necessário estão em curso e poderá dar-se início à prestação de

serviços de certificação de assinatura electrónica no primeiro semestre de 2003.

Em conjunto com a elaboração dos necessários diplomas legais, o Governo irá impulsionar o comércio electrónico e incentivar as instituições e empresas para o uso dos serviços de certificação de assinatura electrónica.

2.5.2 Aperfeiçoamento dos serviços de correios

Será dada continuidade à ampliação, remodelação e conservação da rede postal (quiosques, marcos postais, estações e balcões de atendimento), conforme as exigências urbanas e as necessidades da população e clientes.

Serão promovidas emissões de produtos filatélicos e melhoradas a sua qualidade temática e as tecnologias de produção, de forma a garantir um nível de vendas satisfatório.

Será estudada a revisão dos diplomas legais relativos aos correios e regular-se-ão as actividades do mercado relativas aos serviços de correios, de forma a melhorar a qualidade dos serviços.

Aperfeiçoar-se-ão, através da formação e da promoção, as qualificações profissionais dos funcionários, no sentido de reforçar os seus conhecimentos nas áreas dos serviços postais e dos regulamentos internos para melhor servirem os cidadãos.

Em 2003 o Governo estudará a revisão das taxas aplicáveis aos serviços de correios, tendo em conta a realidade actual e os custos efectivos.

2.5.3 Diversificação de serviços

Com a finalidade de diversificar os seus serviços, a Caixa Económica Postal dará continuidade à expansão dos serviços bancários postais, desenvolvendo o serviço internacional de transferência de fundos, continuando o tratamento dos subsídios de juros referentes à compra de casas do governo e casas económicas e divulgando na Internet informações relativas aos serviços financeiros.

Em 2003 entrarão em funcionamento todas as instalações do Museu das Comunicações para que os cidadãos e turistas as possam visitar.

2.6 Políticas no âmbito do abastecimento de energia

O abastecimento de energia está intimamente ligado à vida da população e às actividades comerciais e industriais. Nesta perspectiva, o Governo já iniciou, através da contratação de companhias de consultadoria internacionais, um estudo a médio prazo sobre o desenvolvimento do abastecimento de energia, com vista à emissão de pareceres objectivos e viáveis sobre o desenvolvimento da economia e da sociedade de Macau, que possam constituir referência na definição de políticas de abastecimento de energia a médio prazo, garantindo que Macau, mercado de pequena dimensão, possa ter um conjunto de serviços de abastecimento de energia estável, seguro, fiável, económico, com alto grau de eficiência e a preços acessíveis aos utilizadores em geral.

2.6.1 Energia eléctrica

O Governo continuará a acompanhar e a fiscalizar as actividades da concessionária. Em 2003, as principais acções a desenvolver pela concessionária são:

Construção de nova(s) subestação(ões) na zona B do NAPE e em COTAI, alargamento constante das redes de transporte e distribuição de energia, conclusão, no segundo trimestre, da primeira fase do projecto da nova Central de Coloane – “Coloane B”, substituição dos cabos obsoletos ou em desuso e elevação do nível dos serviços prestados aos utentes.

Por outro lado, o Governo acompanhará a resolução gradual pela concessionária da emissão de gases poluentes pela Central Térmica de Coloane. Tendo em consideração que a referida Central irá deixar de funcionar de uma forma faseada enquanto se realizarem as obras de beneficiação e que é necessário tempo para a aquisição, instalação, regulamentação e teste dos respectivos equipamentos, bem como para evitar que o respectivo investimento tenha repercussões nas tarifas, o Governo

aprovou a proposta da concessionária de realização de um investimento de 220 milhões de patacas em dois anos, para modernização das infra-estruturas e equipamentos. Entretanto, o Governo impulsiona um estudo a efectuar pela concessionária sobre o uso de novos materiais, equipamentos e programas de produção destinados a evitar a poluição do ambiente.

Na sequência de negociações mantidas com a concessionária implementar-se-á no próximo ano um plano tarifário mais favorável, designadamente para os idosos e para os comerciantes que recorrem a tabuletas luminosas, em consonância com as políticas do Governo referentes ao desenvolvimento do sector do turismo.

2.6.2 Produtos combustíveis

Para além de se ter atribuído terrenos destinados à instalação de postos de abastecimento de combustíveis a cinco novos operadores, com o objectivo de promover ainda mais a concorrência saudável no mercado, serão atribuídas a novos operadores, através de concurso, várias parcelas de terreno destinadas à instalação de novos postos de abastecimento. Pressionar-se-ão também os investidores a concretizarem de uma forma mais rápida o plano de construção de um novo terminal de combustíveis em Ká Hó.

Entretanto, será efectuado um estudo sobre a revisão da legislação pertinente, no sentido de se eliminar a necessidade de autorização prévia para efeitos de importação de combustíveis.

O Governo irá reforçar as funções da Comissão de Inspeção das Instalações de Produtos Combustíveis.

2.6.3 Outras fontes de energia

Será acelerado um estudo de viabilidade da introdução de gás natural.

2.7 Água canalizada

Em 2003 serão realizados pela SAAM os seguintes trabalhos principais:

Continuação da aplicação de medidas adequadas para a melhoria da qualidade das águas, aumento da capacidade do Reservatório de Seac Pai Wan e melhoria dos serviços de abastecimento, em conjunto com acções de protecção ambiental. Após estreitas negociações e na sequência da revisão do sistema tarifário de consumo mínimo, no próximo ano implementar-se-ão novas medidas. O Governo continuará a estudar a viabilidade de revisão do sistema das despesas de ligação, procurando activamente espaço para aliviar os encargos dos agentes económicos e dos cidadãos em geral.

3. No sector da ciência e tecnologia

A Lei de Bases da Ciência e Tecnologia, publicada em 2000, definiu objectivos concretos para o futuro desenvolvimento da ciência e tecnologia da RAEM. Nestas circunstâncias, o Governo prestará activamente a colaboração e apoio à integração da inovação nas tecnologias nos benefícios existentes, à promoção do espírito de inovação e de generalização da ciência, possibilitando o aumento da competitividade industrial de Macau na construção da economia.

O Conselho de Ciência e Tecnologia, órgão de consulta do Governo na formulação das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, entrou em funcionamento no ano 2002. Para além dos membros por inerência, foram nomeadas quinze personalidades de reconhecido mérito na sociedade como membros e designadas nove personalidades de prestígio na área da ciência e da tecnologia internacional para exercerem as funções de consultores do Conselho. O Conselho de Ciência e Tecnologia desempenha um papel importante na promoção da generalização e desenvolvimento das ciências e da tecnologia em Macau.

Será iniciada em 2003 a fase preliminar dos aterros do Centro de Ciência de Macau, planeado pela Fundação Macau e com projecto do famoso arquitecto internacional Ieoh Ming Pei, indo o Governo prestar todo o apoio necessário, designadamente na área das infra-estruturas.

A fim de promover ainda mais o desenvolvimento e a inovação das ciências e da tecnologia, as medidas a adoptar no ano 2003 são as seguintes:

3.1 Criação do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

O Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia constituirá uma fonte de capitais estável para o impulso de actividades no âmbito da inovação e desenvolvimento das ciências e da tecnologia.

3.2 Criação do plano para os prémios de inovação

O Governo irá estudar a criação de um plano para atribuição de prémios de inovação, a fim de promover o espírito de inovação. A ideia principal é a de que, através do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, as despesas relativas à protecção dos direitos de utilização exclusiva serão suportadas conjuntamente pelo Governo e pelos interessados que reúnam as condições necessárias. Se os produtos objecto de direitos de utilização exclusiva puderem ser comercializados, os inovadores e o Fundo compartilharão os lucros de forma proporcional à respectiva comparticipação nos encargos. Estas medidas poderão ajudar os inovadores a diminuir os seus encargos económicos, constituindo ao mesmo tempo uma fonte de receitas para o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia.

O Governo continuará a empenhar esforços, através do Conselho de Ciência e Tecnologia e do Centro Incubador de Novas Tecnologias, para promover o espírito de inovação, incentivando os jovens a participar nas actividades das áreas das ciências e da tecnologia.

3.3 Reforço da cooperação externa no âmbito da ciência e da tecnologia

Como sempre, será reforçada a cooperação na área científica e tecnológica entre o Conselho de Ciência e Tecnologia, o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau e os estabelecimentos de ensino superior, com organismos de ciência e de investigação do Continente.

Por outro lado, as actividades do programa “Eureka”, que se deveriam ter realizado em 2002, serão realizadas em 2003. O Governo irá encorajar as instituições da área da ciência e da tecnologia e os estabelecimentos de ensino superior de Macau a darem continuidade aos seus programas de cooperação na área da ciência e da tecnologia a nível regional, com a União Europeia e com outros países.

3.4 Promoção da generalização das ciências e das tecnologias

A generalização das ciências e da tecnologia constitui um factor fundamental para elevar o seu nível, pelo que o Governo continuará a promover activamente a generalização dos conhecimentos ligados às ciências e às tecnologias e envidará esforços na formação de quadros qualificados nesta área. A formação de pessoal com criatividade e de dirigentes para o sector será também uma das acções mais importantes neste domínio.